

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

**CLAIRTON LIMA SILVA**

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE**

São Luís

2021

**CLAIRTON LIMA SILVA**

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Professora Doutora Isabel Diniz.

São Luís

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, Clairton Lima.

Acessibilidade informacional de usuários com  
deficiência visual na Biblioteca Pública Benedito Leite /  
Clairton Lima Silva. - 2021.

61 f.

Orientador(a): Isabel Diniz.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Acessibilidade informacional. 2. Biblioteca  
Pública Benedito Leite. 3. Bibliotecário. 4. Usuário com  
deficiência visual. I. Diniz, Isabel. II. Título.

**CLAIRTON LIMA SILVA**

**ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Professora Doutora Isabel Cristina dos Santos Diniz

Apresentada em \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina dos Santos Diniz (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raimunda Ribeiro  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Rocha  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

## AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é para o Criador do Universo, pois, a Ele tudo devemos, me presenteou com pessoas maravilhosas para serem meus pais, seu Manoel e dona Altaide, que foram e são um alicerce para todas as situações, pessoas de caráter e índole exemplares, dignos de todo respeito e gratidão, meus primeiros educadores, sempre me instruíram nos valores morais e disciplinares, me incentivaram a superar os obstáculos que a vida me apresentou. São responsáveis por grande parte de minhas conquistas.

À minha esposa, Elismar de Jesus, aos meus filhos, João Felipe e André Lucas pela cumplicidade, incentivo no dia a dia, que não me deixaram desanimar, sempre estiveram ao meu lado, sempre presente nos momentos difíceis com uma palavra de incentivo.

Aos meus irmãos, Gilberto, Laércio, Denilson, Irailton, Airton, Arilson e Emerson que torceram pela minha vitória, por me fazer ter confiança nas minhas decisões.

Agradeço às instituições de ensino pelas quais passei que serviram de base para chegar ao ensino superior. Agradeço à Universidade Federal do Maranhão, ao curso de Biblioteconomia pelo ensino de qualidade, a todos os professores que contribuíram para a minha formação acadêmica, que me incentivaram a percorrer o caminho da pesquisa científica, em especial à minha orientadora, prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina dos Santos Diniz pela sua ética, dedicação, profissionalismo e generosidade, que apesar da sua intensa rotina, sempre esteve disponível em me atender para sanar minhas questões e me indicar a direção correta a seguir, compartilhando seu vasto conhecimento para realização desta pesquisa. Às integrantes da banca, prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raimunda Ribeiro e prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Rocha pela contribuição e aperfeiçoamento que engrandeceram esse trabalho.

Aos profissionais da Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL, local do meu estágio supervisionado, um campo do conhecimento, onde foi possível colocar em prática o conhecimento teórico adquirido em sala de aula, favorecendo assim o aprendizado do futuro profissional da informação.

Seria injusto ignorar meus colegas de jornada acadêmica, agradeço a todos pela cooperação mútua, pelos inúmeros desafios superados, pelo espírito colaborativo, que muitos contribuíram para o meu êxito nessa árdua jornada.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente ajudaram nesses anos de graduação.

Muito obrigado!

## RESUMO

Aborda a acessibilidade informacional como um direito da pessoa com deficiência e como um dever do Estado. Objetiva compreender de que forma a Seção Braille da BPBL, por meio dos seus produtos e serviços promove a acessibilidade informacional aos usuários com deficiência visual. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com aplicação de um questionário misto com a bibliotecária responsável pela Seção Braille da referida Biblioteca. A análise dos dados teve como base as seguintes categorias: dados de identificação do respondente; ações e experiências sobre acessibilidade informacional, desenvolvidas pelo bibliotecário; tecnologias assistivas disponibilizadas pela BPBL para utilização dos usuários com deficiência visual e o processo de formação de coleções. Os resultados apontam que a BPBL tem se preocupado em assegurar os direitos de acesso à informação para os estudantes com deficiência visual, dentre eles destacam-se: empréstimos, consulta local, orientação a pesquisa, acesso à internet, impressão em braille, visitas orientadas, exibição de filmes com audiodescrição, tecnologias assistivas: computadores com programa de voz, impressora braille, reglete, soroban, linha braille, lupa eletrônica, livros ampliados, livros em braille, livros áudio, jogos acessíveis, globo acessível, filmes acessíveis para os usuários com deficiência visual; o Serviço de Referência e Informação, e a orientação de usuários são realizados considerando a deficiência visual. Dessa forma, conclui-se que, a BPBL é comprometida com o processo de acessibilidade e inclusão, tem sua estrutura física adequada à realidade dos usuários com deficiência, disponibiliza informação em formato acessível, oferece recursos suficientes para garantia da informação às pessoas com deficiência visual, incentiva a autonomia e a independência dos usuários na realização de suas atividades.

**Palavras-chave:** Acessibilidade informacional. Biblioteca Pública Benedito Leite. Bibliotecário. Usuário com deficiência visual

## ABSTRACT

It addresses informational accessibility as a right of the person with a disability and as a duty of the State. It aims to understand how the Braille Section of BPBL, through its products and services, promotes informational accessibility for users with visual impairments. This is a qualitative bibliographic research with the application of a mixed questionnaire with the librarian responsible for the Braille Section of that Library. Data analysis was based on the following categories: respondent's identification data; actions and experiences on informational accessibility, developed by the librarian; assistive technologies made available by BPBL for the use of visually impaired users and the collection formation process. The results show that the BPBL has been concerned with ensuring the rights of access to information for students with visual impairments, including: loans, local consultation, research guidance, internet access, braille printing, guided visits, screening of films with audio description, assistive technologies: computers with voice program, braille printer, reglete, soroban, braille display, electronic magnifying glass, enlarged books, braille books, audio books, accessible games, accessible globe, films accessible to users with Visual impairment; the Reference and Information Service, and the guidance of users are carried out considering visual impairment. Thus, it is concluded that the BPBL is committed to the process of accessibility and inclusion, has its physical structure adequate to the reality of users with disabilities, provides information in an accessible format, offers sufficient resources to guarantee information to people with visual impairments, encourages the autonomy and independence of users in carrying out their activities.

Keywords: Informational accessibility. Benedito Leite Public Library. Librarian. Visually impaired user

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL: um direito da pessoa com deficiência e um dever do Estado.....</b>	<b>13</b>
	<b>2.1 Livros acessíveis.....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE.....</b>	<b>26</b>
	<b>3.1 Política de formação e desenvolvimento de coleções.....</b>	<b>29</b>
	<b>3.2 Seção de Braille: contexto de mudanças inclusivas... ..</b>	<b>32</b>
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE (Seção de Braille): apresentação dos resultados.....</b>	<b>36</b>
	<b>5.1 Perfil da respondente.....</b>	<b>36</b>
	<b>5.2 Ações e experiências sobre acessibilidade informacional desenvolvidas pela bibliotecária.....</b>	<b>36</b>
	<b>5.3 Tecnologias assistivas disponibilizadas pela BPBL.....</b>	<b>38</b>
	<b>5.4 Processo de formação de coleções.....</b>	<b>39</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>61</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O motivo que me despertou para a questão da acessibilidade foi a realização de um relatório de visita técnica que ocorreu no ano de 2017, na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (BC/UFMA), para obtenção de nota da disciplina Organização de Unidades de Informação, no curso de Biblioteconomia. Na época concluímos que várias barreiras impediam o desenvolvimento das pessoas com deficiência na Biblioteca.

Outro fator que teve grande relevância na escolha da temática está relacionado a minha experiência no estágio supervisionado realizado na BPBL, momento onde vivenciei que a interação é uma constante devido à heterogeneidade do público assistido. A observação *in loco* também me permitiu ter clareza sobre as diversas possibilidades de acesso à informação para os usuários com deficiência nas dependências da BPBL. Como também passei a confrontar o ambiente real de outras bibliotecas pelas quais já tive contato e fiz um paralelo com a legislação vigente sobre inclusão e acessibilidade, diante disso tive vários questionamentos que me direcionaram para a escolha do referido assunto.

Arelado a isso é de notar que, o Censo demográfico IBGE, 2010, aferiu que no Brasil existem mais de 190 milhões de habitantes, sendo que mais de 45 milhões possuem alguma deficiência, o equivalente a quase 24% da população geral, dentre essas deficiências destacam-se: a visual atingindo 18,6% da população, seguidas de problemas motores (7%), auditivos (5,10%) e intelectuais (1,40%). Dentre as mais de 35 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência visual, muitas declararam ter baixa visão ou visão subnormal, outras são cegas e a maioria tem alguma dificuldade permanente de enxergar mesmo com uso de algum recurso (BRASIL, 2012).

Ainda conforme o Censo 2010, no Maranhão cuja população é de 6.574,789 milhões, mais de um milhão e meio (1.641.404) declararam possuir alguma deficiência, sendo a visual com a de maior incidência, afetando 1.336.391 pessoas. Desse total, mais de 200 mil estão na capital São Luís.

Tendo por base a Portaria n.º 3.128, de 24 de dezembro de 2008, do Ministério da Saúde que “Considera a pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira”. (BRASIL, 2008, p. 1). Complementando, a Fundação Dorina Nowill (2019) define dois grupos de deficiência visual: cegueira, em que há perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar; e baixa visão ou visão subnormal, onde há o comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção.

Ressaltando que na literatura existem inúmeras definições, mas com poucas diferenciações a respeito do termo, são unânimes na concordância da perda total ou redução da capacidade de enxergar.

Cabe destacar que as pessoas com deficiências, segundo o artigo 2º da Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

[...] são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015a, p. 1).

Dessa forma, todo e qualquer lugar deve estar acessível, e a sociedade preparada para receber e incluir as pessoas com deficiência. É importante que todos possamos estar sensíveis e conscientes que elas necessitam de um atendimento especializado para compreensão e assimilação do conhecimento.

Conforme afirma Figueiredo (1990, p. 123), “Parece não haver mais dúvidas de que a informação é um dos recursos básicos para o desenvolvimento em qualquer campo do conhecimento e da atividade humana”. A informação sendo uma necessidade de todas as pessoas, sua disseminação deve ocorrer de maneira eficiente, rápida e mais democrática. Assim, seu acesso proporcionará a construção do conhecimento, o desenvolvimento intelectual do ser humano, configurando-se como um poderoso instrumento de inclusão social. Inclusão de acordo com Sasaki (2009, p. 1) é:

[...] o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

As bibliotecas como organizações sociais no que se refere ao processo educacional inclusivo primam por um serviço de excelência, com acolhimento de seus diversos públicos, com ofertas de acessibilidade em todas as suas dimensões, tecnologias assistivas e acervos em formatos compatíveis com o tipo e grau de deficiência de cada usuário. Podemos considerar uma biblioteca inclusiva, aquela que acolhe as diferenças, livres de barreiras, onde todas as pessoas sem exceção tenham acesso aos seus serviços, produtos e informação plenamente (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2015a).

O governo tem a responsabilidade social de incluir e garantir a permanência das pessoas com deficiência nas redes de ensino, pois são cidadãos que anseiam que seus direitos sejam ouvidos e atendidos por ações que favoreçam o movimento inclusivo social, oferecendo meios, recursos e oportunidades de forma a dar continuidade na sua aprendizagem, favorecendo o

desenvolvimento de suas reais potencialidades considerando o respeito aos seus limites e condições (VIEIRA, 2014).

Portanto, a inclusão de pessoas com deficiências é um desafio a ser superado e compreendido na sociedade civil, como bem afirma Pereira (2017, p. 85 - 86):

[...] o processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, apesar de se constituir num direito social e estar na Constituição Federal de 1988, ainda representa um desafio no atual contexto, uma vez que as condições oferecidas não têm sido completamente adequadas e suficientes para o real atendimento universalizado da pessoa com deficiência, estabelecendo, desse modo, o que a lei propõe e a realidade concreta.

A legislação é uma arma, um instrumento que legitima e cria condições de acesso ao ensino, e conseqüentemente à informação. Sendo a legitimação dos aparatos judiciais, uma forma de eliminar a exclusão e garantir a inclusão das pessoas com deficiência aos espaços onde a informação é disponibilizada.

Cabe ressaltar que nas bibliotecas todos devem ter acesso à informação independentemente se os mesmos possuem ou não deficiência. Esse espaço deve oferecer aos usuários a possibilidade de acesso a materiais informacionais em diferentes formatos acessíveis (como, por exemplo, braille, áudio e digital).

Desta forma, esta pesquisa refere-se à acessibilidade informacional de usuários com deficiência visual na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Esta Biblioteca desenvolve diversas atividades de inclusão, de acesso à informação, de formação de leitores, revitalização, preservação, modernização, restauração, digitalização de acervo raro, transcrição de manuscritos, projetos voltados para o acolhimento, garantia de acessibilidade, com o objetivo de tornar uma biblioteca para todos, cumprindo assim sua missão de:

Manter e expandir a memória cultural do Estado, por meio da promoção da cultura e estímulo à leitura, favorecer o acesso a informação para todos, sem nenhum tipo de distinção, criar condições para o aprendizado contínuo, a prática da cidadania e o progresso cultural do cidadão e da sociedade. (MARANHÃO, 2006).

Diante do exposto, para a realização deste estudo, temos as seguintes questões norteadoras:

- a) A BPBL dispõe de equipamentos e suportes informacionais adequados que possibilitem às pessoas com deficiência visual a facilidade no acesso à informação?
- b) O seu acervo atende às necessidades dos usuários?
- c) Como os bibliotecários desenvolvem seu trabalho em prol desses usuários?
- d) Os bibliotecários têm formação adequada considerando sua clientela diferenciada?

Tomando como base as questões de investigação, foram esboçados os objetivos (geral e específicos) a serem alcançados com o desenvolvimento deste estudo. Assim, tem-se como objetivo geral: compreender de que forma a BPBL, por intermédio de seus bibliotecários, produtos e serviços promove a acessibilidade informacional aos usuários com deficiência visual.

A partir desse objetivo mais amplo, foram delineados os seguintes objetos específicos:

- a) identificar as ações e experiências sobre acessibilidade informacional, desenvolvidas pelos bibliotecários;
- b) verificar quais as tecnologias assistivas disponibilizadas pela BPBL para utilização dos usuários com deficiência visual;
- c) sondar se no processo de formação de coleções existe a preocupação em selecionar e adquirir fontes de informações acessíveis; e
- d) verificar se a BPBL propicia espaços de estudos, leitura, pesquisas, lazer a comunidade de usuários com deficiência visual.

Ressaltamos que para a escolha e elaboração do instrumento de coleta de dados foi preciso conhecimento sobre a qualidade e objetivo do instrumento para saber direcionar a escolha certa. Assim, foi utilizado um questionário misto contendo perguntas abertas e fechadas (ver Apêndice B), mediante aceitação da direção da BPBL para participar da pesquisa (ver Apêndice A).

Complementando, optou-se por um estudo qualitativo baseado em uma pesquisa bibliográfica, considerando que estes possibilitarão uma investigação rica.

Este estudo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, situa-se a introdução que aborda o tema e problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a justificativa e, por fim uma síntese da metodologia e das seções que compõem este estudo.

Na segunda seção, busca-se construir um aporte teórico sobre o estudo, onde é apresentado o contexto sobre a garantia dos direitos das pessoas com deficiência no que tange à acessibilidade informacional. Na terceira seção, discorre-se também sobre os serviços informacionais oferecidos aos usuários com deficiências na BPBL destacando-se a disponibilização aos usuários de tecnologias assistivas.

Os percursos metodológicos assim como os instrumentos para a coleta de dados estão descritos na quarta seção. Na quinta seção, são apresentados os resultados da pesquisa.

## 2 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL: um direito da pessoa com deficiência e um dever do Estado

No contexto das bibliotecas, independentemente de sua tipologia, estas devem desenvolver diversas ações e disponibilizar vários serviços e produtos voltados às pessoas com deficiência, de modo a promover Políticas Públicas que assegurem e deem apoio e promoção aos grupos socialmente discriminados, tentando minimizar ou eliminar as barreiras que impedem a igualdade social. Ratificando Chahini (2010, p.14) que: “[...] os atos jurídicos devem ser acatados e, portanto, postos em prática, não há como negar o processo de inclusão”. Ressaltando que a legalização dos atos é que possibilitará mudanças no que se refere ao acolhimento desse público diferenciado, fator determinante para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

As leis que tratam da acessibilidade “garantem” às pessoas com deficiências o direito de ter acesso à informação de forma igualitária, essa garantia encontra-se nas políticas inclusivas, recursos fundamentais para o cumprimento do direito às pessoas com deficiência no acesso à informação, mas muito ainda precisa ser feito para que a promoção da igualdade aconteça de forma plena. Sua implementação continua sendo um obstáculo para se alcançar a inclusão social (POTY *et al.*, 2012).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) assim como o ordenamento jurídico brasileiro infraconstitucional tem vários direitos fundamentais voltados para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. São legislações e políticas públicas específicas voltadas para que as pessoas com deficiências conquistem seu espaço, garantindo assim, visibilidade, respeito e dignidade, conforme descrito no QUADRO 1.

Quadro 1

Legislação	Descrição
Lei 4.169/1962, de 04 de dezembro de 1962	Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e Leitura dos cegos e o Código de Contratações e Abreviaturas Braille.
Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000	Regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência.
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida,

Legislação	Descrição
	através da eliminação dos obstáculos e barreiras existentes, e dá outras providências.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Garante apoio ao uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, por parte do Poder Público e das empresas concessionárias de serviços públicos.
Portaria MEC nº 2.678, de 24 de setembro de 2002	Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional, na forma da publicação.
Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003	Institui a Política Nacional do Livro.
Artigo 63, da Lei 13.146	É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.
Lei nº 12.527- Lei brasileira de acesso à informação (LAI), de 18 de novembro de 2011	Regulamenta o direito constitucional de acessos às informações públicas a qualquer cidadão.
Normas Técnicas - ABNT NBR 9050/2015	Estabelece critérios e parâmetros técnicos destinados para a construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.
Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015	Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Fonte: levantamento do autor

Com base no Quadro 1, trataremos, superficialmente, a respeito de alguns, desses aparatos jurídicos, cujas aplicabilidades asseguram o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais da população com deficiência às ações de inclusão e de acessibilidade.

A norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050/2015, define acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015a, p. 2).

A promoção da acessibilidade e inclusão não é uma tarefa fácil, pois há várias barreiras que impedem as pessoas com deficiência de se desenvolverem, mas afinal, o que são barreiras?

Assim, a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência considera como barreira qualquer obstáculo que impeça ou limite a movimentação em segurança das pessoas e, ainda classifica as barreiras em seis categorias:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (BRASIL, 2015b, p. 2).

Como podemos observar as dificuldades de acesso não se limitam apenas às barreiras físicas e arquitetônicas, são muitos os obstáculos a serem superados para que a inclusão aconteça de fato. Muitas dessas barreiras prejudicam o processo inclusivo, como é o caso das barreiras que impedem a acessibilidade informacional. Santos e Araújo (2015, p. 210), afirmam que “[...] a acessibilidade informacional é a dimensão que determina a eliminação de barreiras no acesso à informação para auxiliar no alcance às fontes e materiais de informação para todas as pessoas de forma segura e autônoma”. Fernandes (2018, p. 43) corrobora com essa afirmação:

[...] acessibilidade informacional é a característica relativa à diminuição e/ou remoção das barreiras no processo informacional, visando-se que as pessoas possam alcançar a satisfação de suas necessidades informacionais através de uma experiência positiva e com o menor esforço necessário, obtendo resultados eficazes e condizentes com sua condição, seja ela qual for.

Ciente de seu papel social, as bibliotecas têm um grande desafio de inserir os usuários nos ambientes de informação com ações que promovam a eliminação das barreiras que impedem o acesso à informação visando garantir o acesso da pluralidade de usuários às diversidades de informações (BERNARDINO; SUAIEN, 2011).

No tocante à acessibilidade informacional, cujo direito é garantido por lei, as bibliotecas como um organismo em crescimento que abrange em seu espaço, constantes modificações com vistas a atender às especificidades e os anseios de uma sociedade em evolução precisa acompanhar as inovações tecnológicas que trouxeram a necessidade da adoção de técnicas, produtos e serviços, essenciais na busca da qualidade e excelência com objetivo de promover a disseminação e o acesso à informação, assim como satisfazer as necessidades de seus diversos públicos (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2017a).

O direito à informação é uma garantia consagrada pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 12.527- Lei brasileira de acesso à informação (LAI), de 18 de novembro de 2011, essa lei regulamenta o direito constitucional de acessos às informações públicas a qualquer cidadão, onde em seu artigo 5º, inciso XXXIII traz a seguinte previsão:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (BRASIL, 1998, p.14).

Esse direito, indispensável ao exercício da cidadania, garante o acesso a qualquer documento ou informação que esteja sob a guarda do Estado desde que não tenha caráter pessoal e não estejam protegidos por sigilo. A LAI exige que os órgãos e entidades da administração direta e indireta (federais, estaduais, distritais e municipais) de todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) deem publicidade dos atos públicos em suas páginas na internet para garantir a transparência de suas ações (SOUZA, 2014).

A garantia legal do acesso à informação expressa no artigo 8.º, § 3.º, inciso VIII, da LAI, manifesta o interesse de adoção de medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo informacional para pessoas com deficiência (BRASIL, 2011b).

Outras leis federais de destaques são: as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, Direito das pessoas com deficiência, que dá prioridade de atendimento às pessoas específicas, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Lei da Acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Essas leis foram regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2004 (BRASIL, 2004).

Destacamos também outro instrumento normativo, o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. O referido decreto dispõe em seu artigo 4, as seguintes obrigações gerais:

1. Os Estados Partes se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência. Para tanto, os Estados Partes se comprometem a: [...] f) Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes; g) Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a



tecnologias de custo acessível; h) Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações; i) Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos. (BRASIL, 2009).

Essa convenção trata da dignidade da pessoa com deficiência e lista uma série de medidas que deverão ser adotadas pelos Estados Partes para garantir que as pessoas com deficiência possam ter as mesmas oportunidades em relação aos não deficientes, no âmbito educacional e profissional, pois vivemos em uma sociedade democrática e somos iguais em direitos e deveres. Destarte, as bibliotecas tiveram que se ajustar a essas novas mudanças, seu papel foi ampliado para o ambiente virtual.

Como afirma Valentim (2016, p. 30): “Os conteúdos eletrônicos e digitais, as novas mídias e formatos exigem que as bibliotecas desenvolvam em suas equipes competências e habilidades para o manuseio efetivo desses recursos tecnológicos”. Nessa nova configuração as bibliotecas começaram a operar de modo híbrido disponibilizando itens do seu acervo em meio físico e em meio digital. Segundo Garcez e Rados (2002, p. 47), a biblioteca híbrida agrega:

[...] diferentes tecnologias, diferentes fontes, refletindo o estado que hoje não é completamente digital, nem completamente impresso, utilizando tecnologias disponíveis para unir, em uma só biblioteca, o melhor dos dois mundos (o impresso e o digital).

Nesse processo de transição, a informação não se limita em um único local, ela se descentralizou, também está presente em coleções digitais. As bibliotecas devem oferecer condições de acessibilidade digital a seus usuários mediante recursos tecnológicos que lhe garantam desenvolver suas habilidades com segurança e autonomia.

Com relação à acessibilidade na *web*, destaca-se aqui o artigo 63, da Lei 13.146:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (BRASIL, 2015c, p. 22).

O referido artigo, que trata especificamente da internet, traz a garantia de acessibilidade nos sítios eletrônicos por parte das pessoas com deficiência. Apesar da existência da lei que garante a acessibilidade digital, apenas 0,74% dos sites brasileiros são acessíveis para pessoas com deficiência, é o que aponta a pesquisa divulgada no dia 20.05.2000, promovida pelo Movimento Web para Todos, em parceria com a plataforma de dados BigDataCorp. Dos 14,65 milhões de sites ativos analisados em abril de 2020, menos de 1% passou em todos os testes de acessibilidade como verificação da acessibilidade em formulários, em imagens, em *links*, e pelo

verificador *markup do World Wide Web Consortium (W3C)*, entidade referência de padrões a serem seguidos na *web* (MWPT, 2020).

Como podemos observar, os sites não são completamente acessíveis, 99,26% apresentaram falhas em pelo menos um dos testes. Os sites devem ser desenvolvidos com conteúdo compreensível e navegável de modo a permitir que todas as pessoas com ou sem deficiência possam navegar em suas páginas com autonomia e ter acesso ao seu conteúdo sem nenhuma barreira, promovendo a inclusão digital.

[...] a informação em formato digital tem sido uma das principais formas de disseminação e acesso à informação, pela facilidade de acesso e publicação, custo e, principalmente, pela velocidade em que essa informação chega aos usuários. (CASELLI, 2007, p. 10).

No caso específico das pessoas com deficiência visual é possível descrever os elementos visuais e textuais para o formato em áudio, essa adaptação para o formato sonoro é denominada de audiodescrição, que “[.] consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão”. (FRANCO; SILVA, 2010, p. 23). A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que promove a acessibilidade no meio digital contribuindo para a autonomia, independência e inclusão informacional.

Malheiros (2013, p.30) lembra que:

Para as pessoas com deficiência visual, além de permitir o acesso a um mundo de informações, as bibliotecas digitais eliminam as barreiras físicas, como a distância, levando em consideração a dificuldade de locomoção dessas pessoas, e permitem ao deficiente visual o acesso a todo tipo de informação.

A rapidez na recuperação da informação, a eliminação das barreiras físicas e geográficas são algumas das vantagens advindas com as tecnologias tornando a biblioteca acessível em tempo integral. Os *websites* são ferramentas de suma importância para a promoção de serviços e produtos de informação, possibilitam uma relação direta e interativa dos usuários proporcionando mais autonomia na recuperação da informação nos diferentes tipos de bibliotecas e, ainda possibilita conhecer suas necessidades informacionais (ARAÚJO, 2000).

As bibliotecas precisam utilizar o potencial da internet para a disseminação da informação no ambiente da *Web* de forma que a comunidade conheça o que a biblioteca tem a oferecer, aí entra a figura do gestor que através da “[...] promoção aplicada em bibliotecas ou em outras unidades de informação comunica aos usuários e aos outros públicos a respeito da disponibilidade e dos benefícios de produtos e serviços de informação [...]”. (GUIMARÃES 2007, p. 144). Os *websites* devem ser planejados para atrair e conservar seus usuários, assim, faz-se necessário promover as bibliotecas através do *Marketing* que:

[...] é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos da organização ou indivíduo e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que estas relações causam no bem-estar da sociedade[...]. (CASAS, 2007 p.15).

O *Marketing* também é aplicado em organizações sem fins lucrativos, como é o caso das bibliotecas públicas que não precisam competir para se manter no mercado, onde seus serviços e produtos são direcionados às necessidades informacionais de seus usuários sem nenhum custo. Por meio do *Marketing*, as bibliotecas divulgam seus serviços e produtos e ainda contribuem para a permanência dos usuários reais e atração dos usuários potenciais.

As bibliotecas apropriando-se dos recursos de comunicação na *web* propiciam um ambiente informacional global onde a disponibilização de documentos ultrapassou os limites espaciais das bibliotecas físicas, o conhecimento é “[...] distribuído em redes mundiais, em representações digitais, acessíveis a qualquer indivíduo e, com certeza, não mais uma prerrogativa de poucos privilegiados da academia”. (CUNHA, 2000, p.73). No plano da conectividade, a distância geográfica e o tempo não são mais empecilhos para que o usuário tenha acesso à informação.

No mundo global interconectado, com a expansão das redes móveis, em 2018, o total de pessoas que utilizam a internet pelo celular chegou a 3,6 bilhões, o equivalente a 47% da população mundial. No Brasil, 70% da população está conectada, o que equivale a 126,9 milhões de pessoas, é o que afirma os dados do relatório economia móvel 2019 (VALENTE, 2019).

Do total da população brasileira, mais de 68 milhões de brasileiros acessam as redes sociais por celulares para navegar no *YouTube*, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Snapchat*, *Pinterest* e *Linkedin*, conforme dados da pesquisa Comscore (DOURADO, 2019).

Para que esse acesso se expanda muito mais, cabe ao poder público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade que, entre outras tecnologias assistivas, possuam possibilidade de indicação e de ampliação sonora de todas as operações e funções disponíveis. É o que está expresso no art. 66, do Capítulo II, intitulado “Do Acesso à Informação e à Comunicação”, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015d).

Além disso, o governo deve assegurar acesso democrático e uma internet estável e de boa velocidade (5G), como medida para reduzir a exclusão digital. Essa é a prioridade do Ministério das telecomunicações, recriado em 2020 (ABEINFO, 2020).

Em vista do avanço tecnológico, a inclusão digital se torna extremamente necessária onde muitos processos foram otimizados, muitos serviços e atividades também são oferecidos

virtualmente. As pessoas, assim como as empresas têm que se adequar à transformação digital, caso contrário, estão fadadas ao insucesso.

Com o avanço da revolução digital vários jornais e revistas passaram da versão impressa para a plataforma *online*. No período compreendido entre dezembro de 2014 e outubro de 2019, os 10 principais jornais impressos do país tiveram redução de 51,7%, impactando diretamente a circulação dos jornais em papel (PODER360, 2019).

Com novas possibilidades de consumo e de distribuição dos conteúdos noticiosos, as empresas viram também nas redes sociais, uma alternativa viável para dialogar com o público. Segundo matéria da Folha de São Paulo (2015), grandes companhias de mídia como *The New York Times*, *The Guardian*, *BBC* e *National Geographic* passaram a publicar no *Facebook*. As empresas perceberam novas alternativas de espaços midiáticos para a atividade do jornalismo (GOEL; SOMAYA, 2015).

O *Facebook* figura no topo do *ranking* mundial na utilização de redes sociais com mais de 02 bilhões de usuários ativos. No cenário brasileiro, a liderança fica por conta do *Youtube*, seguido pelo *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* (CONEXÃO DIGITAL, 2020).

O alcance através dessas plataformas é gigantesco pela quantidade de internautas e pela diversidade de conteúdos que podem ser publicados, nelas as pessoas trocam mensagens, buscam empregos, ficam informadas. O universo online é uma nova realidade, a maneira de produzir e distribuir conteúdo se diversificou, muitas atividades estão num constante processo de revisão, as mudanças ocorrem numa velocidade vertiginosa e devemos estar preparados para não ficarmos desatualizados.

O bibliotecário não deve ignorar esse avanço no mundo virtual e essas novas possibilidades de comunicação por intermédio das redes sociais com o uso dos dispositivos móveis. Partindo dessa perspectiva, há a necessidade de as bibliotecas explorarem esses recursos e adaptar as configurações de seus sites para o acesso também por tecnologias de comunicação sem fio a partir de *tablets*, *smartphones*, etc. Assim, será possível através da *web* móvel para bibliotecas realizar diversas atividades como a leitura de *e-books*, leitura dos códigos QR, acesso a catálogos *online public access catalog* (Opac), áudios livros, vídeos com recursos de acessibilidade, dentre outros recursos que contemplam a todos, contribuindo assim para a inclusão social e digital.

Vale destacar que os *sites* devem seguir as normas de acessibilidade no espaço digital de acordo com o *World Wide Web Consortium* - W3C. O Consórcio W3C é uma instituição mundial que desenvolve padrões de tecnologia com o objetivo de tornar os sites acessíveis a todos. O Brasil também tem suas diretrizes de acessibilidade web, o *E-MAG*, Modelo de

Acessibilidade em Governo Eletrônico, baseado nas recomendações do W3C, cujo objetivo é o desenvolvimento e a adaptação de conteúdo do governo na Internet. Os *sites* analisados e aprovados são certificados conforme o nível de acessibilidade alcançado (CARTILHA, 2015).

Esses gestores de diretivas para a internet trazem adequações para o conteúdo da *Web* com a finalidade de eliminar barreiras de acesso objetivando promover maior acessibilidade à rede. No ambiente das bibliotecas, as tecnologias facilitam o compartilhamento da informação de maneira que os conteúdos sob sua responsabilidade cheguem de maneira eficiente aos usuários. Assim, frente às exigências de uma sociedade mais ciente de seus direitos, as bibliotecas como instituições sociais precisam se redesenhar para ser acessível, garantir um espaço sem obstáculos.

A construção de uma sociedade inclusiva, cuja garantia de igualdade de tratamento e de oportunidades para todos passa necessariamente pelas mudanças de atitudes, pela aceitação das diferenças, pela efetivação das políticas públicas de acesso e inclusão. Promover ações inclusivas é respeitar às diferenças, reconhecer que todos, independentemente de suas limitações têm os mesmos direitos, e que somente com a eliminação das barreiras podem ampliar seus conhecimentos e exercer sua cidadania (PACHECO; COSTA, 2005).

Complementando, Santos (2005, p. 26), “[...] não lidar com as diferenças é não perceber a diversidade que nos cerca, os muitos aspectos em que somos diferentes uns dos outros [...]”. Incluir é aceitar as diferenças, disponibilizar espaços onde todos tenham acesso independentemente de suas limitações, pois a acessibilidade é um direito inerente a todos e deve ser respeitada.

A falta de acessibilidade é considerada atitude de exclusão. Nesse universo da inclusão social, as bibliotecas devem oferecer os suportes necessários para garantir a acessibilidade em todas suas dependências. Apesar de várias iniciativas no que se refere à inclusão das pessoas com deficiências por intermédios de documentos jurídicos que visam a garantia da igualdade de tratamento e de oportunidade para todos os cidadãos, a inclusão ainda é um desafio que deve ser superado. Nesse contexto, a efetivação de políticas públicas e, sobretudo, a acessibilidade no seu aspecto informacional são os grandes desafios na luta contra a exclusão.

Destaca-se que o direito à informação dos alunos com deficiência encontra-se presente nas leis, decretos e normativas, contudo ainda perduram dificuldades na sua implementação. A legitimidade das ações é que possibilitará mudanças, cada aluno com deficiência chega à biblioteca com diferentes necessidades e será o acolhimento e a interação com os profissionais disponibilizando apoio e recursos, um fator determinante para o seu desenvolvimento acadêmico e social. A acessibilidade apresenta-se como fundamental para a efetivação da inclusão, sendo a acessibilidade atitudinal a base para que as demais ocorram. (STROPARO; MOREIRA, 2016a, p. 13).

Reforçando, a informação é fundamental para vencermos as barreiras que impedem a inclusão. Diante do exposto, as bibliotecas devem proporcionar possibilidades de acesso e de inclusão cumprindo as exigências previstas nas legislações vigentes.

A informação é elemento constituinte da cultura de um grupo, é, em sua essência, condição de permanência e instrumento de mudança. Por isso, o acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático. (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p.101).

O processo de formação cidadã abrange vários contextos: família, escola e os diversos espaços onde são estabelecidas relações sociais e humanas. A noção de cidadania remete à aprendizagem, que por sua vez passa pelo ato de se informar. A informação é uma necessidade social, um componente de cidadania garantida por lei, respaldado na Constituição Brasileira.

Diante desse contexto, vale ressaltar a relevância da Agenda 2030 quanto à garantia do direito das pessoas com deficiência à acessibilidade informacional. Isto porque a Agenda 2030 chama a atenção das nações para a busca de soluções urgentes para tornar o mundo melhor, através de um plano de ação global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem cumpridas nos aspectos sociais, ambientais e econômicos até o ano de 2030. O acesso à informação está incluso no Objetivo 16, subitem 16.10: “Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”. (IFLA, 2015a, p. 2). Sendo a informação um bem compartilhável e fator de desenvolvimento de qualquer nação é imprescindível sua socialização e que o usuário tenha independência no processo de busca da informação, seja no ambiente físico e/ou virtual.

A Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA), organismo internacional, cujo principal objetivo é representar os interesses das causas biblioteconômicas, destaca que: “O acesso à informação ajuda a apoiar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. (IFLA, 2015b, p.13). Nesse contexto, as bibliotecas podem estabelecer um conjunto de ações efetivas de modo a colaborar com o desenvolvimento sustentável. Portanto, o bibliotecário não pode manter-se neutro e distante das questões sociais, sua atividade não é somente técnica apenas realizando tarefas tradicionais voltadas para a organização de documentos, sua atuação é muito importante na formação reflexiva dos usuários como processo socializador do conhecimento, contribuindo assim com o desenvolvimento profissional e pessoal, visando uma sociedade igualitária e democrática.

No Brasil existem diversos exemplos que apoiam os ODS, dentre eles, podemos apontar o projeto Acessibilidade em Biblioteca Pública, do qual faz parte a BPBL, que visa subsidiar a construção de políticas públicas nacionais de acessibilidade em bibliotecas.

## 2.1 Livros acessíveis

O acesso ao conteúdo informacional também está expresso na Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, onde em seu art.1º, assegura às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura. Essa mesma lei, no parágrafo único do art. 2º, considera como livros: os livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual e livros impressos no Sistema Braille (BRASIL, 2003).

Dentre os livros acessíveis, trataremos resumidamente do livro digital de padrão internacional Daisy e do livro em braile. O livro no formato Daisy (*Digital Accessible Information System*) é disponibilizado em CDs, DVDs ou mesmo downloads na internet, oferece algumas vantagens às pessoas com deficiência visual: permite ouvir a narração do texto escrito, oferece recursos de navegabilidade como buscas por palavras, visualização do conteúdo do texto em tamanhos variados, conversão e impressão para o braille, marcadores de texto, leitura de abreviaturas, pronúncia correta de palavras em outros idiomas. Esse livro foi adotado pelo Ministério da Educação (MEC), o que facilitou o acesso aos conteúdos informacionais por parte dos alunos com deficiência visual, matriculados em escolas públicas (ARAÚJO, 2017).

O Sistema Braille, conhecido universalmente como código de leitura por meio do tato e de escrita, utilizado por pessoas cegas, foi criado em 1825 por Louis Braille, nascido na França, no ano de 1809, cego desde os três anos. Já havia tentativas de outros sistemas de leitura e escrita para os deficientes visuais, uns apresentavam algumas desvantagens, davam acesso apenas à leitura, como o processo de representação dos caracteres comuns com linhas em alto-relevo adaptado por Valentin Haüy e a invenção desenvolvida por Charles Barbier, denominada sonografia ou código militar, a qual serviu de inspiração para a criação do Sistema Braille. Esses sistemas não tinham tanta eficiência como o código idealizado pelo francês, que proporciona tanto a leitura quanto a escrita por parte dos deficientes visuais. (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, 2020).

A Fundação Dorina Nowill para Cegos define o Braille como:

[...] um sistema de leitura e escrita destinado a pessoas cegas por meio do tato. Sua escrita é baseada na combinação de 6 pontos, dispostos em duas colunas de 3 pontos, que permite a formação de 63 caracteres diferentes, que representam as letras, números, simbologia aritmética, fonética, musicográfica e informática. O sistema braille se adapta à leitura tátil, pois os pontos em relevos devem obedecer a medidas padrão, e a dimensão da cela braille deve corresponder à unidade de percepção da ponta dos dedos. (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, [2015a?] p. 2).

As combinações desses seis pontos em relevo possibilitam a formação de 63 caracteres diferentes que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos.

O sistema de leitura e escrita inventado pelo francês Louis Braille chegou ao Brasil no ano de 1850, trazido pelo senhor José Álvares de Azevedo, cego de nascimento, natural do Rio de Janeiro, nascido no dia 8 de abril de 1834, esse dia foi declarado oficialmente Dia Nacional do Braille. Com apenas 10 anos iniciou seus estudos no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, permanecendo por um período de seis anos adquirindo saberes que iriam ser compartilhados quando do seu retorno ao país (LEMOS, 2003).

De volta ao Brasil, José Álvares desenvolveu diversas atividades, escreveu artigos sobre a importância do Braille para a educação dos cegos brasileiros, traduziu livros, ensinou o Braille a outros cegos, nutria o sonho de criar uma escola para cegos no mesmo molde da escola de Paris, essa realização foi concretizada no dia 17 de setembro de 1854, quando da inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na ocasião o sistema Braille foi adotado oficialmente no Brasil, mas infelizmente o patrono da educação dos cegos no Brasil não presenciou a realização do seu grande sonho devido seu falecimento no dia 17 de março de 1854 (FERREIRA; LEMOS, 1985).

Com o surgimento do sistema Braille, novas perspectivas se delinearam, abertura de novas fronteiras, um mundo de oportunidades se expandiu aos deficientes visuais no favorecimento do processo de comunicação, aprendizagem, desenvolvimento intelectual, profissional e social.

Às pessoas com deficiência visual são garantidas a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas em formatos compatíveis, desde que não seja para fins comerciais. É o que está previsto no art.46 da Lei nº 9.610, tal ato não constitui ofensa à Lei de Direitos Autorais (BRASIL,1988).

Aqui, vemos a função social do direito do autor, onde esse direito deixa de ser uma barreira, com vistas a atender aos interesses do acesso à informação, com finalidades educacionais e culturais.

Como dispositivo da política educacional inclusiva, a Portaria MEC nº 2.678, de 24 de setembro de 2002, aprova o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille para a Língua Portuguesa em todo o país como valorização das especificidades de cada pessoa na concepção de que ninguém fique à margem do processo educacional formal e informacional. Essa mesma portaria no seu art. 2º estabelece a necessidade do aprendizado do Braille aos profissionais que irão trabalhar com a educação dos deficientes visuais (BRASIL, 2002).

O conhecimento desses profissionais deve suprir as necessidades apresentadas pelos alunos, sua qualificação com domínio da grafia Braille é capaz de romper o paradigma do acesso à informação e o acesso ao mundo da leitura por parte dos deficientes visuais.





### **3 BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE**

Dezoito anos depois da fundação da Biblioteca Pública da Bahia, no dia 29 de setembro de 1829 foi fundada a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, a segunda Biblioteca Pública mais antiga do Brasil, criada a partir da iniciativa de Antônio Pedro da Costa, membro do Conselho Geral da Província, mas somente foi aberta ao público no dia 3 maio de 1831, com sede provisória na Rua do Egito, no Convento do Carmo, posteriormente passou pelo Instituto Literário Maranhense, em 1866, Sociedade Onze de Agosto, em 1872, Igreja da Sé, em 1882, e no ano de 1886 retorna para o Convento do Carmo (CASTRO; CASTELLANOS; SILVA, 2011).

A trajetória da Biblioteca Pública do Maranhão na busca de um local permanente adequado para sua instalação acarretou um grande prejuízo à memória cultural com a perda considerável de documentos. Toda essa problemática foi ocasionada devido à falta de investimento por parte do governo, mas há de se destacar o trabalho desenvolvido pelos diretores que apesar dos poucos recursos conseguiram mantê-la em atividade garantindo seu caráter de proporcionar conhecimento (BRAGA, 2013a).

O professor José Ribeiro do Amaral esteve à frente da Biblioteca nos anos 1896/1897, sua gestão foi marcada pela reorganização do espaço físico da Biblioteca pública, deixou o cargo em 1898 após negativa de seu pedido em adquirir mais um funcionário. Em seu lugar assume o intelectual Antonio Lobo, cuja posse ocorreu em 10 de janeiro de 1898, nesse mesmo ano inaugurou a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. Nos 12 anos em que permaneceu no cargo, ele obteve grande destaque com estratégias para revitalizar e democratizar a Biblioteca, como a criação de um catálogo que permitiu a localização mais rápida no acervo, projetos voltados à leitura que contemplou homens, mulheres e crianças, adotando modelos de bibliotecas internacionais. Com as diversas ações adotadas por Lobo, a Biblioteca teve mais visibilidade e reconhecimento mundial (CASTRO; SILVA, 2012a).

É necessário destacar a importância dos diretores que passaram pela instituição em expor nos seus relatórios a necessidade da construção de um prédio próprio que abrigaria a Biblioteca. Após alternâncias entre órgãos públicos e particulares, “[...] vivenciando contexto de instabilidade política e econômica, de falta de interesse e visão da maioria dos políticos maranhenses, é que a Biblioteca pôde ser instalada em seu prédio próprio [...]”. (CASTRO; SILVA, 2012b, p. 99). Enfim, no dia 29 de janeiro de 1951, foi inaugurada a sede própria da Biblioteca, no governo de Sebastião Archer da Silva, obra do engenheiro civil Antônio Bayma, de estilo neoclássico, localizada na Praça do Panteon, s/n, Complexo Deodoro, Centro, São Luís

– MA. A Biblioteca Pública Estadual por meio do Decreto nº 1.316 de 8 de abril de 1958, passou a ser chamada de Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), em homenagem ao político maranhense que teve grande influência na sua reorganização (MARANHÃO, 2018).

Com quase dois séculos de existência, a maior parte de sua história, a BPBL ficou relegada ao descaso do poder público, marcada por momentos conturbados na perspectiva de adquirir um local permanente para abrigar seu acervo. Cinquenta e oito anos após a inauguração da sua sede própria, ela foi interditada sob o risco de desabamento, conforme Braga (2013b, p.12):

Há anos carecendo de reformas, em 2009 o prédio da Biblioteca Pública Benedito Leite foi interditado pela Defesa Civil, de forma intempestiva, em virtude do comprometimento da estrutura física. Mais uma vez, a instituição foi instalada em um local provisório, até que a reforma do prédio se conclua, o que está previsto para os primeiros meses de 2013.

Depois de quatro anos, a BPBL foi entregue ao público, toda climatizada, com instalações modernas e acessíveis, com destaque para a restauração e adaptação do ambiente, criação de novos espaços, ampliação, atualização e digitalização do seu acervo, equipamentos com tecnologia de ponta como Scanner de microfilmes e um Scanner planetário (SANTOS, 2013).

A BPBL, órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado do Maranhão, guardiã da memória cultural do seu Estado e do seu país, coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas-SEBP/MA, a Rede de Bibliotecas Faróis do Saber, assim como o Escritório de Direitos Autorais no estado do Maranhão. O espaço físico da BPBL é constituído de salas de leitura, biblioteca Braille, espaço infantil, espaço jovem, espaço do bebê, salões de Referência, Acervo Geral e de Materiais Especiais, auditório para realização de seminários, cursos, palestras, sessões de filmes, dentre outros (MARANHÃO, 2019).

A BPBL dispõe também de elevadores de passageiro, plataformas de acesso, rampas, piso tátil, placas de sinalização em tinta, LIBRAS e Braille, banheiros para pessoas com deficiência (NASCIMENTO; AZEVEDO, 2014a).

Tem um acervo rico e diversificado com mais de 120.000 documentos constituídos de obras raras nacionais e estrangeiras, fotografias, manuscritos do século XVI, XVII, XVIII e XIX, revistas, microfilmes, jornais, livros em Braille, livros falados, CDs, DVDs, acervo com a história política do Maranhão e a mais completa coleção de jornais maranhenses, desde o conciliador, de 1821, o primeiro jornal maranhense, até aos que circulam atualmente (MARANHÃO, 2015).

Vinculado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, órgão ligado à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, do Ministério da Cultura, o SEBP/MA foi criado pela Lei nº 10.613, de 5 de julho de 2017, é responsável pela elaboração e coordenação da política de Bibliotecas Públicas do Estado, que inclui implantação, modernização, atualização de acervos, supervisão, formação de gestores e mediadores de leitura e dinamização das ações das bibliotecas municipais, comunitárias e da Rede de Bibliotecas Faróis do Saber. O sistema contempla 169 bibliotecas públicas municipais, 20 bibliotecas comunitárias e 118 bibliotecas da rede Farol do Saber. A Rede Estadual de Bibliotecas Faróis do Saber foi instituída pelo Decreto Estadual nº 31.506, de 19 de fevereiro de 2016, com a finalidade de servir de suporte aos programas de cultura e conhecimento, integrando-se aos processos culturais e educativos desenvolvidos no âmbito do Poder Executivo (MARANHÃO, 2019).

As bibliotecas Faróis do Saber:

São equipamentos culturais públicos que devem proporcionar livre acesso aos registros do conhecimento e das ideias do homem e às expressões de sua imaginação criadora, contribuindo para a preservação e divulgação da memória da comunidade, dando ensejo ao crescimento cultural, assim como ao desenvolvimento do gosto pela leitura, apoio à pesquisa e à disseminação da informação e do conhecimento a todas as camadas da população, sem qualquer distinção. (NASCIMENTO, 2018).

Os Faróis do Saber estão distribuídos em centenas de municípios e na capital maranhense, são espaços modernos de democratização de acesso à informação, uma alternativa para as bibliotecas escolares no apoio à pesquisa, suas ações são desenvolvidas por gestão compartilhada entre o Estado e municípios.

A BPBL respira ares de modernidade, como afirma sua gestora atual: “[...] estamos entre as cinco bibliotecas públicas mais modernas do país. Temos a tecnologia a nosso favor e a gente procura falar a linguagem que a comunidade quer ouvir [...]”. (MARANHÃO, 2020a, p. 2).

Por meio de diversos serviços, projetos e conjunto de ações inclusivas, a BPBL tornou-se uma unidade informacional de destaque nacional, referência em acessibilidade arquitetônica, atitudinal e bibliográfica, foi uma das 10 bibliotecas selecionadas por meio do Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas que visa à construção de políticas públicas de acessibilidade em bibliotecas públicas, de iniciativa do Ministério da Cultura junto ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e executado pela OSCIP “MAIS Diferenças.” (MARANHÃO, 2016).

Essa certificação foi garantida devido às bibliotecas atenderem critérios de práticas de acessibilidade, conteúdo acessível, acesso à tecnologia assistiva, promoção da autonomia e inclusão.

Com essa conquista, a BPBL foi contemplada com 350 títulos acessíveis (Braille, áudio livros, libras), além de equipamentos de tecnologia assistiva. Dando mais ênfase a ações inclusivas com o projeto acessibilidade em bibliotecas foram realizadas capacitações das equipes para atendimento de usuários com ou sem deficiência, como curso de Libras Básico Instrumental; Princípios de políticas e programas de livro e leitura acessíveis e inclusivas; Políticas Públicas de livro e leitura para todos: gestão, implementação e boas práticas; Oficina “Estratégias para o desenvolvimento de recursos acessíveis e inclusivos para atendimento ao público com diferentes tipos de deficiências”; ações de mediação de leitura com recursos acessíveis; Treinamento de Tecnologia Assistiva (MARANHÃO, 2015).

Pioneira em serviços de preservação do acervo raro, a BPBL contabiliza mais de 8.000 mil documentos digitalizados, destes cerca de 3.500 estão disponíveis para acesso gratuito na sua página eletrônica (MARANHÃO, 2020b).

O projeto de preservação e modernização do acervo raro da Biblioteca Pública Benedito Leite teve início em 2013, com prazo de 12 meses para sua conclusão. Com financiamento da FAPEMA, o projeto objetiva que todas as obras do acervo sejam higienizadas, assim possam ser conservadas aumentando sua longevidade. O projeto prevê também a reprodução de 200 manuscritos através da escrita paleográfica, reprodução digital de 5.000 obras raras e disponibilização do conteúdo completo de 1.000 dessas obras no endereço eletrônico da Biblioteca, digitalização de cem rolos de microfimes, aquisição de um scanner planetário para digitalização de documentos raros e equipamentos de informática para armazenar todo o conteúdo das obras digitalizadas de maneira segura (MARANHÃO, 2013).

Os recursos tecnológicos favorecem a produção, o tratamento e a mediação da informação. A tecnologia é uma grande aliada na aceleração do conhecimento, facilidade na recuperação eficiente da informação, no favorecimento da acessibilidade informacional e na preservação da informação por intermédio da digitalização.

### **3.1 Política de formação e desenvolvimento de coleções**

Nesse contexto de mudanças por que passa toda a sociedade, ao observamos a biblioteca com olhar voltado para acessibilidade não podemos deixar de mencionar a Política de Desenvolvimento de Coleções, que rege as regras para o processo de formar e retroalimentar as coleções visando atender aos objetivos da instituição na qual a unidade de informação está inserida, assim como as demandas dos diferentes usuários (WEITZEL, 2012a).

Complementando, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 120), definem desenvolvimento de coleções como um:

[...] planejamento para aquisição de material bibliográfico de acordo com o interesse dos usuários. Pode incluir a avaliação sistemática do tamanho e da utilidade do acervo em relação aos objetivos da biblioteca, dos usuários e da organização à qual a biblioteca está subordinada.

Dada a importância de se elaborar uma Política de Desenvolvimento de Coleções, onde as bibliotecas necessariamente devem atender todas as exigências oriundas com a explosão da informação e considerar as especificidades da instituição e particularidades de sua clientela, através de acervos com formatos acessíveis que contemplem a todos, inclusive as pessoas com deficiências. O critério de seleção das obras deve se basear na sua utilidade, ou seja, na sua capacidade de satisfazer às necessidades de informação dos usuários (WEITZEL, 2012b).

Em tempos remotos, da Antiguidade à Idade Média, devido à pouca produção de livros, era colecionada toda a produção disponível a partir da seleção de itens agrupados em listas produzidas por bibliófilos, modelo baseado no armazenamento de coleções, considerando aspectos religiosos ou fatores que valorizam a parte extrínseca das obras, como a encadernação. Já a partir da Idade Moderna até aos dias atuais, o modelo é baseado no acesso. O desenvolvimento de coleções é um processo que acompanha o desenvolvimento das bibliotecas desde suas origens através dos primeiros suportes de informação, como os tabletas de argila até o aparecimento das bibliotecas digitais (WEITZEL, 2012c).

Portanto, para desenvolver coleções é necessária a realização de estudos de usuários que conforme Figueiredo (1994, p. 7), são:

[...] investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada.

O estudo de usuários de qualquer biblioteca é realizado com o objetivo de conhecer os perfis das necessidades informacionais daqueles que a frequentam. A partir daí, com base nos critérios de seleção previamente estabelecidos na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, que se indicará os materiais informacionais mais relevantes à demanda (VERGUEIRO, 1993a).

Portanto, a Seção de Formação e Desenvolvimento de Coleções da BPBL é responsável pela seleção, organização, formação, manutenção e controle do acervo. A política de formação e desenvolvimento de coleções define os critérios utilizados para a composição, remanejamento e descarte dos materiais bibliográficos e não bibliográficos, sendo fundamental para a consecução dos objetivos da Biblioteca. As formas de aquisição de itens para a formação do acervo se dão

mediante compra, doação e permuta, conforme a demanda informacional, perfil da instituição e de seus usuários. É permitido no acervo o máximo de 05 exemplares de cada título. Em relação às doações, são aceitas obras que estejam nos critérios pré-estabelecidos pela Biblioteca, os itens excedentes são distribuídos nas bibliotecas públicas municipais pelo Sistema Estadual de Bibliotecas. A política de Desenvolvimento de Coleções é avaliada e revisada a cada dois anos com a finalidade de garantir sua adequação às necessidades dos usuários e aos objetivos da instituição na qual está inserida (MARANHÃO, 2006).

Dentro desse processo são analisadas as etapas de seleção, aquisição, a política, bem como os impactos advindos das novas tecnologias. O processo de desenvolvimento de coleções é um processo complexo, contínuo e ininterrupto que visa satisfazer as necessidades do usuário através de um acervo de qualidade (VERGUEIRO, 1993b).

Partindo desse pressuposto, é imprescindível que o bibliotecário seja sensível à temática da acessibilidade informacional e “[...] tenha além da formação adequada, competência e habilidades exigidas pelas tarefas a desempenhar e ajustadas ao tempo atual [...]”. (BORGES, 2004, p. 57). O perfil desse profissional deve acompanhar as demandas exigidas pela sociedade, ter qualidades distintas no seu processo de formação formal e continuada que o qualifica em tornar as bibliotecas acessíveis a todos os seus usuários, em todos seus espaços, sejam físicos ou virtuais, mas:

[...] para que o usuário com deficiência ou incapacidade desenvolva o sentimento de pertencimento ao espaço biblioteca, torna-se necessário que o bibliotecário, em especial do serviço de referência (SR), tenha altruísmo e empatia em relação a esses usuários que utilizam este espaço. (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, p. 1764, 2017b).

Esse primeiro contato iniciado no Serviço de Referência - SR é um momento de interação, onde o bibliotecário com simpatia, gentileza, solicitude e profissionalismo se mostre disposto a compreender e satisfazer as necessidades das pessoas com deficiências.

O bom atendimento é de suma importância no processo de inclusão para que o usuário se sinta acolhido, valorizado e respeitado, assim tenha prazer em frequentar os ambientes da biblioteca. Quando o bibliotecário reconhece que todos, independentemente de suas limitações têm o mesmo direito, cabe-lhe criar condições favoráveis, promover ações inclusivas com respeito às diferenças e às particularidades de cada usuário proporcionando igualdade de oportunidades para que todos tenham acesso à informação.

De acordo com Grogan (2001, p.7), o SR “[...] consiste na assistência efetivamente prestada ao usuário, procurando fornecer acesso rápido e seguro à informação”. O SR é uma das principais atividades de um sistema de informação responsável pelo atendimento ao usuário.

No SR da BPBL são realizados empréstimos, cadastro e emissão da carteira de usuários, que dá direito a 03 (três) empréstimos por vez, tendo o prazo de 08 (oito) dias úteis para a devolução. É disponibilizado um terminal para consulta ao acervo pelo próprio usuário (MARANHÃO, 2014).

Esse setor proporciona constante interação com os usuários, a percepção de entender suas necessidades informacionais, e o bibliotecário de referência como mediador da informação deve esgotar todas as possibilidades de estratégia de pesquisa para que o usuário recupere a informação desejada.

### **3.2 Seção Braille: contexto de mudanças inclusivas**

A Seção Braille da BPBL foi criada na década de 1990, a partir de uma ação conjunta da equipe técnica da biblioteca com a comunidade das pessoas com deficiência visual. Esse serviço é aberto ao público de segunda a sexta-feira, no horário das 8h30min às 19h, possui uma sala climatizada para atendimento de até 50 pessoas. Vários são os serviços disponibilizados pela Seção aos usuários que frequentam suas dependências, como: empréstimo domiciliar, consulta local, transcrição de textos, visitas guiadas, palestras e cursos de escrita e leitura em Braille, dentre outros (NASCIMENTO; AZEVEDO, 2014b).

Como parte do projeto ‘Acessibilidade em Bibliotecas Públicas’ e ‘Mais Diferenças’ do SNBP, a BPBL tem ações voltadas às pessoas com deficiência visual e auditiva, é o caso do projeto Cinema na Biblioteca, onde são exibidos filmes com recursos de acessibilidade, com audiodescrição e da janela em libras. Essa iniciativa aconteceu pela primeira vez em 2015, com a exibição do longa-metragem Mutum, filme adaptado para pessoas com deficiência visual e auditiva (MARANHÃO, 2015).

O acesso à informação é direito de todos sem distinção e, como referência em acessibilidade, a BPBL por intermédio da Seção Braille oferece ferramentas que facilitam o acesso à informação, dentre elas podemos citar as chamadas tecnologias assistivas (TA), que de acordo com Diniz (2019, p.90), são “[...] uma alternativa viável para possibilitar às pessoas com deficiência superar suas dificuldades e limitações para desenvolver suas atividades, de forma segura e independente [...]”. Nas bibliotecas, a acessibilidade informacional é facilitada pela disponibilização de TA, cujas principais características são a autonomia e segurança na realização das atividades por parte daqueles que necessitam de seus serviços.

Fonseca e Pinto (2010, p. 07) destacam as tecnologias assistivas mais utilizadas em bibliotecas por pessoas com deficiência:



- a) Ampliadores de telas: ampliam e modificam as cores da tela, visando melhorar a leitura de textos e a percepção de imagens, para pessoas com dificuldades de enxergar, exemplo: lentes de aumento.
- b) Leitores de tela: lêem informações textuais por meio de sintetizadores de voz ou displays em Braille, para pessoas cegas ou com dificuldades de leitura, exemplos: Virtual Vision, Monitivox, Jaws.
- c) Programas de reconhecimento de voz: possibilitam o acionamento de comandos dos programas via voz e podem ser usados por quem tem deficiência que dificulte ou impeça o uso de teclado ou mouse, por exemplo.
- d) Teclados alternativos: simulam o funcionamento de um teclado normal, logo ajudando as pessoas que tenham alguma dificuldade ou impossibilidade de utilizar o teclado convencional, são exemplos teclados com espaçamento maior ou menor entre as teclas, teclados virtuais etc.
- e) Dispositivos apontadores alternativos: simulam o funcionamento do mouse e assim podem ser utilizados por quem não possa utilizar o mouse convencional, exemplos são aqueles que são acionados com os olhos (eye gaze systems) ou com os pés.

Na luta contra a exclusão, a Seção Braille disponibiliza recursos de tecnologia assistiva, obras em formatos acessíveis que abrangem todas as áreas do conhecimento. A Seção conta com profissionais capacitados em orientar os usuários com deficiência visual ou auditiva no correto manuseio dos equipamentos com a finalidade de torná-lo cada vez mais independente em relação à busca por informação (MARANHÃO, 2017).

Uma boa parte do acervo da Seção é composta por livros em áudio, doados pela Fundação Dorina Nowill para Cegos (MARANHÃO, 2016).

A Fundação Dorina Nowill, situada em São Paulo, organização de caráter filantrópico sem fins lucrativos e, com atuação há mais de 70 (setenta) anos com serviços voltados à inclusão social de pessoas com deficiência visual através de produção de livros acessíveis que são distribuídos gratuitamente para pessoas com deficiência visual, como também para escolas, bibliotecas e organizações de diversos lugares do Brasil.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa pode ser definida como um conjunto de ações que objetivam a descoberta de novos conhecimentos em uma determinada área. É um dos pilares da atividade universitária, que contribui para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social. Além da razão, o ato de pesquisar se faz também pela emoção, gana de solucionar determinada situação de modo que o estudo se torne muito mais interessante (FERREIRA, 2008a). A pesquisa envolve a abertura de novas fronteiras e objetiva a produção de conhecimentos. O problema é o ponto de partida da pesquisa. Este nasce de uma inquietação, busca de respostas, desejo de conhecer melhor os problemas.

Para Ferreira (2008b, p. 2): “[...] a pesquisa está relacionada a busca de respostas para nossas ansiedades, nossas dúvidas, nossas inquietações, mas também a problemas sociais que desconhecemos e queremos entender com mais profundidade [...]”. Possibilita ter acesso a uma pluralidade de abordagens das questões sociais, favorece a apropriação do conhecimento de modo que o pesquisador possa intervir de forma a solucionar ou esclarecer o problema na sociedade na qual esteja inserido.

Dessa forma, a fundamentação do trabalho deu-se por levantamento bibliográfico, publicações impressas e eletrônicas com o objetivo de conhecer os estudos a respeito da inclusão informacional das pessoas com deficiência em bibliotecas públicas, além das políticas de inclusão.

Ao pesquisador compete revisar a literatura para obtenção de informações a respeito do tema pesquisado. Segundo (GIL, 2002a, p. 44): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A metodologia se baseia em apresentar a importância dos procedimentos e passos necessários para a realização de todo o desenvolver de uma pesquisa científica seguindo métodos sistematizados e com uma organização e normatização conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, cujas padronizações são peculiares a cada trabalho acadêmico. Os meios para alcançarem os resultados de uma investigação científica são diversos, os recursos utilizados são determinados por sua própria natureza, redigidos com regras específicas.

Para a realização da pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa por ser mais eficiente e se adequar melhor em relação ao objeto das “ciências da informação” (SOUZA, 1989, p. 181), e também por sua flexibilidade de adaptação, capacidade de ocupar objetos complexos, capacidade de englobar dados distintos (PIRES, 2008, p. 90).

Ressaltamos que primeiramente pensamos em realizar um estudo que abrangesse tanto a bibliotecária da Seção Braille da BPBL quanto os usuários com deficiência visual que frequentam suas dependências, mas em tempo de pandemia do novo coronavírus, e para prevenir o contágio de seus usuários e funcionários pela covid 19, a BPBL em obediência às recomendações impostas pelas autoridades sanitárias teve seu atendimento presencial suspenso a partir de 17 de março de 2020. Assim, a extração de dados e informações diretamente da realidade onde o contato pessoal é extremamente necessário ficou impossibilitada. Então, a alternativa pensada foi limitar os sujeitos da pesquisa, sendo aplicado o questionário apenas à bibliotecária responsável pela Seção Braille.

O acesso ao sujeito da pesquisa se deu mediante contato por *e-mail* no dia 17.06.2020, por intermédio da direção da BPBL, onde solicitamos a autorização para a coleta de dados, mediante a assinatura de um termo de autorização, conforme descrito no Apêndice A. O e-mail é uma ferramenta de fácil acesso e manuseio e que também prescinde do contato face-a-face, evitando riscos de contaminação.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário misto composto por trinta e cinco questões (ver Apêndice B), encaminhado por correio eletrônico com o termo de autorização. No dia 19.06.2020, recebemos o questionário devidamente respondido, os mesmos foram analisados e transcritos fielmente na apresentação dos resultados.

Gil (2002b, p. 114), define o questionário como “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. O questionário se constitui em um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, é a técnica de coleta de dados que apresenta maior flexibilidade e obtenção de maior número de respostas e informações precisas.

## **5 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE (Seção de Braille): apresentação dos resultados**

Nesta seção é feita a apresentação dos resultados que constitui o corpus da monografia. No conjunto de dados incluem-se a fala da respondente do questionário (Apêndice B) aplicada a bibliotecária responsável pela Seção Braille da BPBL.

### **5.1 Perfil da respondente**

Esta subseção destina-se à caracterização do perfil da respondente, a bibliotecária responsável pela Seção Braille da BPBL, onde descrevemos: idade, nível acadêmico, ano de conclusão e o tempo de serviço. Além disso, foi possível também descrever se a bibliotecária tem conhecimento sobre os direitos de acesso à informação dos estudantes com deficiência visual.

Quanto à faixa etária, nível acadêmico, ano de conclusão e tempo de serviço detectou-se que a bibliotecária apresenta: acima de “35 anos”, “Especialização”, “2000”, “mais de 10 anos de serviço na BPBL” e que precisa conhecer muito mais sobre os direitos de acesso à informação por parte dos usuários com deficiência visual. E, ao ser solicitada para comentar mais sobre a sua resposta, a mesma evidenciou que:

*“Embora já tenha bastante conhecimento sobre a área penso que é necessário sempre se atualizar pois, tem sempre algo que desconhecemos”.*

Os dados demonstram que a bibliotecária, sujeito do estudo, corresponde a uma profissional com experiência e com conhecimentos na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para Soares (2016) um dos motivos para qualquer profissional, especialmente o bibliotecário, se atualizar está nas mudanças rápidas e contínuas do cenário no qual ele atua. Assim, os conhecimentos adquiridos na formação de graduação precisam de novos estudos e atualizações em forma de pós-graduações (especialização, mestrado, doutorados e pós-doutorados).

### **5.2 Ações e experiências sobre acessibilidade informacional desenvolvidas pela bibliotecária**

Na segunda subseção buscou conhecer as ações e experiências sobre acessibilidade informacional, desenvolvidas pela bibliotecária. A partir das informações analisadas podemos

destacar que a Biblioteca tem o registro quantitativo de seus usuários com deficiência visual, sendo um público predominante compreendido na faixa etária entre 26 a 30 anos, o que caracteriza um público jovem que frequentam suas dependências mensalmente.

Conforme destaca Lima (2000), a inclusão de estudantes com deficiência no ensino (básico ao superior) consiste em uma das suas maiores vitórias, como também um dos grandes desafios para a atualidade. Vitória porque o sofrimento e a exclusão dessas pessoas vêm ocorrendo desde a origem do mundo e, consiste em um desafio para a sociedade contemporânea visto que é de notar a necessidade da sociedade de adaptar em todas as suas dimensões, coisa não muito fácil de se concretizar. Porque o preconceito e a falta de empatia ainda são muito fortes no seio da sociedade.

A bibliotecária elenca os vários serviços disponibilizados pela Seção, como:

*“Empréstimos, Consulta local, Orientação a pesquisa, Acesso a internet, Impressão em braille, Visitas Orientadas, Exibição de filmes com Audiodescrição, Tecnologias Assistivas: Computadores com programa de voz, Impressora braille, Reglete, Sorobã, Linha braille, Lupa eletrônica, Livros ampliados, Livros em braille, Livros áudio, Jogos acessíveis, Globo acessível, Filmes acessíveis.”*

Reforçando Leal (2011) destaca que a biblioteca pública deve sempre agir estrategicamente, ofertando serviços e produtos condizentes com a necessidade dos seus usuários. Neste caso, a BPBL, como participante do Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas deve sempre priorizar: “construir e disseminar conteúdos, referenciais, estratégias e instrumentos para a qualificação dos serviços, acervos e espaços de bibliotecas públicas brasileiras em uma perspectiva acessível e inclusiva”. (SOCIEDADE PARA TODOS, 2014a, p. 1).

Quando questionada se o Serviço de Referência e Informação, e a orientação de usuários são realizados considerando a deficiência visual, a resposta foi sim, e concluiu que:

*“Alguns usuários possuem autonomia para realizarem a pesquisa, mas tem sempre um bibliotecário para auxiliá-lo”.*

A BPBL prioriza que o seu Serviço de Referência e Informação, e a orientação de usuários, alcance sempre aquelas pessoas com deficiência visual, principalmente na Seção Braille, espaço destinado a esse tipo de usuário.

Dessa forma, os usuários sentem-se acolhidos, favorecendo sua autonomia durante sua busca por conhecimento (MENEZES; CARVALHO, 2017).

Diante das transformações sociais e tecnológicas, a qualificação profissional é extremamente necessária para satisfazer às demandas informacionais dos usuários de uma unidade de informação.

Conforme a bibliotecária, são essas as capacitações promovidas pela BPBL, que a qualifica para um bom atendimento ao usuário com deficiência visual:

*“A biblioteca através da Ong Mais Diferenças promoveu capacitação dos funcionários com cursos em Acessibilidade em Bibliotecas dentre os oferecidos foram: Treinamento de Tecnologia Assistiva, Princípios de Políticas Públicas e Programas de Livro e leitura acessíveis e inclusivas, Políticas Públicas de Livro e Leitura para todos: gestão, implementação e boas práticas”.*

Através destas colocações foi possível perceber que a bibliotecária prioriza uma formação continuada na sua área de atuação e áreas afins, portanto, acredita-se que a mesma cria estratégias para enfrentar as dificuldades que surgem, se posiciona frente às diversas possibilidades que se configuram no atendimento às pessoas com deficiência visual.

É válido ressaltar que, a respondente também afirmou que a Seção possui estrutura e pessoal suficiente para um atendimento de qualidade.

Esses fatos também foram identificados no estudo de Velloso Júnior (2016), onde este afirma que não apenas o ambiente da biblioteca deve ser acessível, mas o ambiente urbano e todo o seu entorno. Daí a necessidade de profissionais capacitados em inclusão e acessibilidade, bem como em quantidade suficiente para promover o melhor atendimento possível.

### **5.3 Tecnologias assistivas disponibilizadas pela BPBL**

Essa subseção trata sobre os suportes tecnológicos adequados para a pesquisa. Ficou evidente que há softwares que atendem as necessidades das pessoas com deficiência visual, dentre eles o mais usado é o Non Visual Desktop Access (NVDA).

O NVDA é um leitor de tela para o *Windows*, de acesso aberto e gratuito. Permite que seja adaptado conforme as necessidades específicas (ULIANA, 2008). É um recurso de tecnologia assistiva, de inclusão e acessibilidade que facilita o acesso das pessoas com deficiência visual aos recursos tecnológicos, amplia as possibilidades na busca por informação.

Para a utilização desse recurso há computadores suficientes, a Seção disponibiliza também vários outros recursos de tecnologias assistivas como, computadores adaptados com Sintetizador de Voz, impressora braille, teclado colmeia, sistema braille, áudio books, lupa eletrônica, bengala, soroban, fone de ouvido, reglete, punção, máquina de escrever em braille, linha braille e máquina Perkins.

Quando questionada a respeito do treinamento para os usuários para o correto uso desses equipamentos, ela respondeu que *“Os usuários são orientados a utilizá-los”*.

Podemos perceber que a Seção Braille da BPBL é dotada de equipamentos tecnológicos, os quais permitem que as pessoas com deficiência visual se tornem mais independentes na busca por informações. Tais dados comungam com a pesquisa de Vigentim (2014, p.11), que tinha por objetivo *“descrever e analisar as características físicas dos ambientes, as adequações arquitetônicas, os produtos de Tecnologia Assistiva - equipamentos e softwares - disponibilizados às pessoas com deficiência visual, cegueira e baixa visão, que caracterizam os espaços de acessibilidade das Universidades Públicas do Estado de São Paulo”*. Este estudo evidencia o quanto uma biblioteca com acessibilidade permite a autonomia dos usuários com deficiência visual, assim como outros autores (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2015b; SILVA; BARBOSA, 2011).

Em continuidade, quanto ao mobiliário a Biblioteca está estruturada da seguinte forma:

*“3 mesas sendo duas com 4 cadeiras, três armários, 15 estantes, 4 cabines com 4 cadeiras”*.

Além disso, a BPBL possui sinalizações verticais (piso podotátil) direcionadas para pessoas com deficiência visual, que permite o fluxo correto das pessoas nos seus diversos ambientes. Estes dados revelam que a BPBL busca está atualizada com as normas descritas na NBR 5090, onde o mobiliário e a sinalização vertical devem ser uma das prioridades (ABNT, 2015b).

#### **5.4 Processo de formação de coleções**

A BPBL dispõe de uma política de formação de coleções acessíveis. Quanto à Seção Braille, a aquisição dos documentos se dá por intermédio de doações, conforme a informação da respondente:

*“Os livros são doados por Instituições Especializadas e obedecem a Política de Desenvolvimento de Coleção da Biblioteca. [porém, acrescentou que] Também não possui*

*política de indexação que contempla usuários deficientes visuais.*” Já quando solicitada a comentar a respeito de como é feita a indexação, ela nos disse que *“A indexação do assunto é feita de forma que a informação seja recuperada da melhor forma possível para atender os usuários com deficiência visual”*.

Como a Seção Braille não possui uma política de indexação voltada para as pessoas com deficiência visual, a atividade de indexação é feita segundo critério estabelecido pelo próprio setor.

Diante de tais colocações, é preciso atentar para uma política de indexação bem formalizada, que defina os elementos norteadores que auxiliarão o bibliotecário na realização desse processo. Também se faz necessário que essa política vise a questão da acessibilidade, que contemple as necessidades dos usuários com deficiência (RODRIGUES; FUJITA; DAL'EVEDOVE, 2017).

Segundo a respondente, o acervo acessível da BPBL é composto de:

*“Exemplares: 3.398, 844 livros áudio, 42 filmes acessíveis (audiodescrição)”*. Apresentando-se em formatos acessíveis para usuários com deficiência, distribuídos em: *“livros impressos em Braille, ampliados, áudio, daisy, leitura fácil, filmes com audiodescrição.”*

Convém salientar que para acesso a esses recursos informacionais, as pessoas com deficiência visual têm que se deslocar até à Biblioteca, pois o site da instituição não prover igualdade de acesso, não disponibiliza informação sonorizada, não oferece as ferramentas necessárias que auxiliem as pessoas com deficiência visual na busca por informação.

Tudo isso foge às características de um site acessível, vai contra as determinações do Art. 63, da Lei nº 13.146. Então, há a necessidade de aprimorar e/ou adaptar o site da instituição de modo a tornar seu conteúdo acessível, conforme as recomendações de acessibilidade para conteúdo *Web*, do consórcio W3C.

Assim, para Stroparo e Moreira (2016b), a biblioteca deve ter sempre em vista as necessidades de seus usuários, não se detendo apenas às informacionais, mas, também, aos meios e mecanismos de se ter acesso, que compreendem desde ao formato as tecnologias assistivas para usuários cegos.

Em continuidade, a respondente afirmou que a BPBL possui política de conservação do acervo, onde os procedimentos adotados compreendem no *“Acondicionamento obedecendo uma temperatura adequada e higienização periódica”*. Portanto, vale destacar a importância



das ações necessárias para o tratamento preventivo visando a integridade dos documentos para garantir a gerações futuras o acesso e a disseminação das informações.

Assim, convém analisar que uma política de conservação do acervo em Braille está além da atenção com a temperatura e higienização periódica, compreendendo também a “qualificação por parte de profissionais que trabalham em setores diferenciados, em trabalhar para conservação do acervo de braile”, uma vez que os materiais em Braille dependendo do mal manuseio podem ter um tempo de vida muito curto (ARAÚJO, 2016, p. 34).

No que diz respeito aos projetos em que a Seção Braille está inserida, a respondente apontou os seguintes:

*“Lendo a Literatura Infantil”, “Quinta do brincar”, “Na roda Com”, “Atitudes Acessíveis”.*

São atividades de democratização, fomento, incentivo e valorização da leitura que a BPBL desenvolve, cuja mediação é *“realizada de acordo com os projetos desenvolvidos. São utilizados os livros em braille, ampliados, áudios e filmes acessíveis”.*

Ressaltando que esses projetos são resultados da participação da BPBL no Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, desenvolvido pelo Governo Federal, que beneficia 10 bibliotecas públicas, sendo duas por região (Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa (MG), Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha (ES), Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaias Paim (MS), Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça (MT), Biblioteca Pública Municipal Professor Barreiros Filho (SC), Biblioteca Pública do Estado do Paraná (PR), Biblioteca Pública Estadual do Amazonas (AM), Biblioteca Pública Estadual do Acre (AC), Biblioteca Pública Benedito Leite (MA) e Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BA) (SOCIEDADE PARA TODOS 2014b, p. 1-2).

Souza *et al.* (2013, p.13) acrescenta que “Ao disponibilizar serviços especiais para todo e qualquer usuário, real ou potencial, deficiente ou não, a unidade de informação estará contribuindo para o crescimento do indivíduo e para o desenvolvimento da comunidade”.

Outro dado interessante afirmado pela respondente diz que o processo de mediação, no caso das pessoas com deficiência visual é realizado com a utilização de recursos acessíveis, priorizando suas especificidades. Neste caso, o bibliotecário qualificado é um grande aliado na perspectiva que perceba as necessidades e hábitos informacionais das pessoas com deficiência visual, para assim realizar um atendimento satisfatório.

Botelho (2014, p. 14) também reforça a importância do bibliotecário como mediador da informação no setor de referência na biblioteca com as pessoas com deficiência. Destacando que: “É de fundamental importância, portanto, que esse profissional busque atualizar-se face às novas tecnologias e novas possibilidades de conhecimento e tenha como foco o seu usuário de informação com ou sem deficiência”.

## 6 CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa, percebeu-se a importância e notoriedade que a BPBL dá a acessibilidade informacional para os usuários com deficiência visual. Visto que esse tipo de acessibilidade busca inserir estes usuários na sociedade de forma mais atuante e visível, a partir do momento que disponibiliza serviços e produtos acessíveis, favorecendo o processo de busca e apropriação de informações por tais usuários, contribuindo para o seu desenvolvimento como pessoa crítica na realização de suas atividades de estudo e pesquisa.

É de notar que a acessibilidade informacional é a questão central no ambiente social atual, haja vista que, a mesma tende a influenciar nas diversas formas que são e estão dispostas as informações, bem como na promoção de estratégias de inclusão a serem desenvolvidas principalmente nas bibliotecas.

Partindo do exposto, em síntese, ao longo de toda a pesquisa ficou evidente que: a bibliotecária responsável pela Seção Braille tem conhecimento sobre os direitos de acesso à informação por parte dos estudantes com deficiência visual; a BPBL tem o registro quantitativo de seus usuários com deficiência visual; a BPBL disponibiliza vários serviços (Empréstimos, consulta local, orientação a pesquisa, acesso à internet, impressão em braille, visitas orientadas, exibição de filmes com audiodescrição, tecnologias assistivas: computadores com programa de voz, impressora braille, reglete, soroban, linha braille, lupa eletrônica, livros ampliados, livros em braille, livros áudio, jogos acessíveis, globo acessível, filmes acessíveis”) para os usuários com deficiência visual; o Serviço de Referência e Informação, e a orientação de usuários são realizados considerando a deficiência visual, dentre outros.

É perceptível que no ambiente da BPBL existe uma preocupação com a sinalização dos mais variados setores, na composição de ações de integração, na configuração dos ambientes, na reestruturação e modernização do atendimento ao usuário com deficiência visual.

É relevante lembrar, que foi possível alcançar os objetivos da pesquisa no que tange a compreensão de como a BPBL, por meio de seus bibliotecários, produtos e serviços promove a acessibilidade informacional aos usuários com deficiência visual. Dessa forma, através desta pesquisa pode-se: identificar as principais ações e experiências sobre acessibilidade informacional desenvolvidas pela bibliotecária da Seção. Verificar as tecnologias assistivas disponibilizadas pela referida Biblioteca para utilização dos usuários com deficiência visual. Evidenciar que no processo de formação de coleções existe a preocupação em selecionar e adquirir fontes de informações acessíveis. Além de verificar que a BPBL propicia espaços de estudos, leitura, pesquisas e lazer para a comunidade de usuários com deficiência visual.

Ficou claro que a BPBL é comprometida com os processos de inclusão e acessibilidade, seus ambientes, serviços e produtos contribuem para a inclusão das pessoas com deficiência visual, mas ainda existem algumas **lacunas** a serem preenchidas, como **uma política de indexação e a adaptação do seu site, que contemplem os usuários com deficiência visual.**

Para que seus usuários com deficiência não sejam excluídos do acesso à informação, sugerimos que essas ações sejam priorizadas, sendo que a disponibilização desses recursos elimina as barreiras físicas, possibilita navegar com autonomia no ambiente virtual da Biblioteca, e conseqüentemente agiliza e amplia as possibilidades de recuperação da informação.

A necessidade desses serviços ficou evidente nessa atual conjuntura em que uma pandemia que se alastrou pelo mundo restringiu o deslocamento das pessoas. Diante dessa situação, para evitar a proliferação do vírus, a BPBL suspendeu suas atividades e deixou de ofertar seus serviços presencialmente.

Mesmo durante o período de isolamento social é preciso garantir que os usuários, especialmente aqueles com deficiência visual não fiquem impedidos de obter a informação que necessitam, ou seja, as suas necessidades informacionais deverão ser supridas de imediato.

Para acolhimento aos usuários com deficiência, as bibliotecas precisam estar com instalações adequadas em condições de acesso e locomoção, informações disponíveis em qualquer suporte alternativo ou acessível, além de colaboradores qualificados para o bom atendimento a esse público que demanda tratamento informacional diferenciado. Portanto, deve concordar com as políticas públicas de acessibilidade vigente.

Enfim, incluir é respeitar as diferenças, é garantir às pessoas com deficiência, acesso aos mesmos bens e serviços disponíveis aos demais cidadãos. O alcance de uma sociedade inclusiva, que visa a igualdade de oportunidades e a participação plena das pessoas com deficiência no âmbito social somente ocorrerá quando as necessidades das pessoas com deficiência forem compreendidas.

## REFERÊNCIAS

Associação brasileira dos profissionais da informação. ABEINFO. **Inclusão digital e 5G são prioridades do novo Ministro das Comunicações**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.abeinfo.org.br/inclusao-digital-e-5g-sao-prioridades-do-novo-ministro-das-comunicacoes>. Acesso em: 17 de jul. 2020.

ÁLVARES de Azevedo, o disseminador do Braille no Brasil. 2018. *In*: LEMOS, Edison Ribeiro. José Álvares de Azevedo: Patrono da Educação dos Cegos no Brasil. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, n. 24, abr. 2003. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/fique-por-dentro/677-alvares-de-azevedo-o-disseminador-no-brasil>. Acesso em: 14 out. 2020.

ARAÚJO, Marconio Edson de Assis. **Preservação e conservação na seção de braille da biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba**. 2016. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2016. Disponível em: [https://www.repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1877?locale=pt\\_BR](https://www.repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1877?locale=pt_BR). Acesso em: 12 mar. 2020.

ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Ferramentas para promoção em web sites de unidades de informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23-24, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76688>. Acesso em: 04 ago. 2020.

ARAÚJO, Aline Karoline da Silva. O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 1, n. 2, p. 1-25, 5 abr. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/11353>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BORGES, Maria Alice Guimarães. O profissional da informação: somatório de formação, competências e habilidades. *In*: Baptista, S. G.; Mueller, S. P. M. (org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 55 – 69. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/1447>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BOTELHO, Maria de Fátima Cleômenis. Bibliotecas universitárias: mediação e acesso à informação para pessoas com deficiência. *In*: III Colóquio Internacional da Rede MUSSI, 2014, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2014. p. 1-16. Disponível em: [https://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16636/1/BotelhoMFC%20%28UFBA%2C%20Brasil%29\\_Bibliotecas%20Unversit%C3%A1rias.pdf](https://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16636/1/BotelhoMFC%20%28UFBA%2C%20Brasil%29_Bibliotecas%20Unversit%C3%A1rias.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. Biblioteca pública Benedito Leite, um campo para a ilustração e para enriquecer a alma. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, SC: FEBAB, 2013. Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br/anais/article/view/1276>. Acesso em: 03 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf?sequence=1](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1). Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de fev. 1998. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acesso em 05 maio 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a política nacional do livro. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.753.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.html). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002**. Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território

nacional, na forma da publicação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020b. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>2010. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.128**, de 24 de dezembro de 2008. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: [http://www.bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128\\_24\\_12\\_2008.html](http://www.bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html). Acesso em: 20 jun. 2020

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: [https://www.bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/754/1/SNPD\\_cartilha\\_2012.pdf](https://www.bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/754/1/SNPD_cartilha_2012.pdf). Acesso em: 20 maio 2020.

**CARTILHA de Acessibilidade na Web:** benefícios, legislação e diretrizes de acessibilidade na web. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-II.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

CASELLI, Carla Almeida. **Acesso à informação digital por portadores de necessidades especiais visuais:** estudo de caso do Telecentro Acessível de Taguatinga. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/2489>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; SILVA, Diana Rocha da. A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 255-269, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36017>. Acesso em 21 ago. 2020.

CASTRO, César Augusto; SILVA, Diana Rocha da. **Recomeço de uma história:** percurso histórico e a recriação da Biblioteca Pública do Maranhão na Primeira República. São Luís: Ed. UEMA, 2012.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de Alunos com deficiência na educação superior**. 2010. 131 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, São Paulo. 2010. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/chahini\\_thc\\_do\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/chahini_thc_do_mar.pdf). Acesso em: 18 abr. 2020.

CONEXÃO DIGITAL. **Redes sociais no Brasil:** Quais são as mais utilizadas. Florianópolis, 13 mar. 2020. Disponível em: <http://www.equipedigital.com/noticia/redes-sociais-no-brasil-quais-sao-as-mais-utilizadas-->. Acesso em: 23 out. 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8>. Acesso em 01 fev. 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 18 mar. 2020.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos. **Bibliotecas universitárias inclusivas brasileiras e portuguesas: ações e estratégias**. 2019. 55 f. Tese (Doutorado em Multimídia em Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2019. Disponível em: <https://www.file:///C:/Users/user/Downloads/Documento.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro. **Tecnologias assistivas nas bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ações e estratégias**. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 24º, São Paulo, 2015. São Paulo: FEBAB, 2015, p. 1-4.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro. Bibliotecas universitárias inclusivas: acessibilidade e oportunidades para os usuários com necessidades especiais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp. , p. 1758-1780, 2017. Disponível em: <https://www.rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/881>. Acesso: 13 out. 2020.

DOURADO, Maria. **Brasil é o país que mais usa redes sociais na América Latina**. [S. l.], 05 jul. 2019. Disponível em: <https://www.olhardigital.com.br/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-usa-redes-sociais-na-america-latina/87696>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FERNANDES, Joana D’Arc Páscoa Bezerra. **Diagnóstico da acessibilidade informacional na biblioteconomia brasileira**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33425>. Acesso em: 10 fev.2020.

FERREIRA, Mary. **Horizontes para pensar problemas de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais**. São Luís: [s.n.], 2008. 12p. (Texto elaborado para fundamentar as discussões da disciplina Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia-UFMA).

FERREIRA, Paulo Felicíssimo; LEMOS, Francisco Mendes. Instituto Benjamin Constant uma história centenária. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <http://www.revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/684>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Informação como ferramenta para o desenvolvimento. Brasília, DF, **Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, p. 123-129, jul./dez. 1990. Disponível em: <http://www.revista.ibict.br/ciinf/article/view/333>. Acesso 14 abr. 2020.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.



FONSECA, Juliene Coelho; PINTO, Tiago Leite. Tecnologias assistivas para a biblioteca inclusiva: uma forma de oferecer a informação a todos. *In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIENCIA DA INFORMAÇÃO*, 33., 2010, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <http://www.dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/view/78>. Acesso em: 24 nov. 2019.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. *In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (org.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/audio\\_desc.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/audio_desc.pdf). Acesso em: 14 jun. 2020.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Deficiência Visual**. 2019. Disponível em: <http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual/>. Acesso em: 8 abr. 2020.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Livro braille**. São Paulo: [2015a?]. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/nossa-atuacao/distribuicao-de-livros/formatos-acessiveis/livro-braille/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Braille nos dias de hoje: objeto de vitrine ou ferramenta indispensável?**. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/blog/braille-nos-dias-de-hoje-objeto-de-vitrine-ou-ferramenta-indispensavel/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

GARCEZ, Eliane Maria Stuart; RADOS, Gregório Jean Varkakis. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOEL, Vindu; SOMAIYA, Ravi. **'The New York Times', 'The Guardian' e BBC passam a publicar no Facebook**. São Paulo, 13 maio 2015. Disponível em: <https://www.m.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1628499-the-new-york-times-the-guardian-e-bbc-passam-a-publicar-no-facebook.shtml>. Acesso em: 22 out. 2020.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.

GUIMARÃES, Tatiara Paranhos. Técnicas de marketing em bibliotecas universitárias brasileiras. *In: AMARAL, Sueli Angelica do (org.). Marketing na Ciência da Informação*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2007.

IFLA. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. [Haia], 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de Serviços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEAL, Filipe. **Bibliotecas públicas**: bibliotecas para o público algumas notas para uma reflexão estratégica sobre as bibliotecas públicas. [S. l.], [21--?]. Disponível em: <https://www.bsf.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Texto01.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020

LIMA, Alexandre dos Santos. **Inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior**: mudanças e desafios. [S. l.], 13 maio 2020. Disponível em: [https://www.pedagogia.com.br/artigos/deficiencia\\_superior/index.php](https://www.pedagogia.com.br/artigos/deficiencia_superior/index.php). Acesso em: 24 out. 2020.

MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho. **Necessidade de informação do usuário com deficiência visual**: um estudo de caso da Biblioteca Digital e sonora da Universidade de Brasília. 2013. 305 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/14147>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Acessibilidade**. São Luís, 2015. Disponível em: <http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=accessibilidade>. Acesso em: 23 jun.2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Biblioteca Pública Benedito Leite amplia seu acervo de livros acessíveis e inclusivos**. São Luís, 27 dez. 2016. Disponível em: [http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia\\_estendida&id=410](http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia_estendida&id=410). Acesso em: 18 jul. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Biblioteca Pública Benedito Leite apresenta primeira sessão de cinema com recursos de acessibilidade**. São Luís, 15 dez. 2015. Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/biblioteca-publica-benedito-leite-apresenta-primeira-sessao-de-cinema-com-recursos-de-accessibilidade/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Biblioteca Benedito Leite oferece acervo digital com mais de 3,5 mil obras e outras ações online durante a pandemia**. São Luís, 11 maio 2020. Disponível em: [http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia\\_estendida&id=780](http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia_estendida&id=780). Acesso em: 22 jul. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Biblioteca Pública Benedito Leite celebra 188 anos homenageando parceiros**. São Luís, 2019 Disponível em: <https://www.cultura.ma.gov.br/2019/05/29/biblioteca-publica-benedito-leite-celebra-188-anos-homenageando-parceiros/#.X1e1SXlKjIU>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Biblioteca Pública Benedito Leite recebe kit de jogos e brinquedos acessíveis**. São Luís, 03 ago. 2016. Disponível em: [http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia\\_estendida&id=335](http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia_estendida&id=335). Acesso em: 5 jun. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Conheça um pouco sobre a Biblioteca Pública Benedito Leite**. São Luís, 19 fev. 2015. Disponível em: [http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia\\_estendida&id=200](http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia_estendida&id=200). Acesso em: 24 jul. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Curiosidades sobre a Biblioteca Pública Benedito Leite**. São Luís, 16 fev. 2018. Disponível em: [http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia\\_estendida&id=519](http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia_estendida&id=519). Acesso em: 05 jul. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Missão**. São Luís, 2006. Disponível em: <http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=missao>. Acesso em: 11 jul. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Projeto “Preservação e Modernização do Acervo Raro da Biblioteca Pública Benedito Leite”**. São Luís, 06 mar. 2013. Disponível em: [http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia\\_estendida&id=119](http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia_estendida&id=119). Acesso em: 18 ago. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Política de formação e desenvolvimento de coleções**. São Luís, 2006. Disponível em: [http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=politica\\_colecao](http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=politica_colecao). Acesso em: 06 jun. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SEBP**. São Luís, 2017. Disponível em: <http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=sebp>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Terminal para consulta ao acervo**. São Luís, 2014. Disponível em: [http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia\\_estendida&id=186](http://www.casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=noticia_estendida&id=186). Acesso em: 02 ago. 2020.

MARANHÃO. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SEBP**. São Luís: SECTUR, BPBL, 2019. Disponível em: <http://www.snbp.cultura.gov.br/maranhao-ma/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

MENEZES, Sarah Caroline Figueiredo; CARVALHO, Silvestre Matos de. Estudo de usuários no serviço de referência e informação (SRI) da Biblioteca Pública Benedito Leite: Acessibilidade. **R. Bibliomar**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 90-104, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/7619>. Acesso em: 29 out. 2020.

NASCIMENTO, Aline Carvalho do. I Encontro **Pan-Amazônico de Bibliotecas Públicas**: boas práticas das bibliotecas públicas da Pan-Amazônica. Pará: 2018. 29 slides. Disponível em: [http://www.fcp.pa.gov.br/images/dli/1\\_encontro\\_panamazonico/boas\\_praticas.pdf](http://www.fcp.pa.gov.br/images/dli/1_encontro_panamazonico/boas_praticas.pdf). Acesso em: 14 fev. 2020.

NASCIMENTO, Aline Carvalho do; AZEVEDO, Ilka Ocimera Fernandes. Biblioteca pública Benedito Leite: informação com acessibilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e**

**Documentação**, v. 10, ago. 2014. Edição especial. Disponível em: <https://www.rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/318/295>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PACHECO, Renata Vaz; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, n. 27, p. 151-167, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4360/pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PEREIRA, Josenilde Oliveira. **Políticas institucionais de acessibilidade na educação superior**: percursos e desafios para a inclusão de alunos com deficiência na UFMA. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <http://www.tebec.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1926>. Acesso em: 7 fev. 2020.

PEREIRA, Rita de Cássia Barbosa; NONATO, Eunice Maria Nazareth. A gestão dos serviços informacionais no sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Goiás: acessibilidade para pessoas com deficiência física, visual e auditiva. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 613-631. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wpcontent/uploads/trabalhos/179-2233.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

PIRES, Álvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

POTY, Edigar Pires; ALENCAR, Bruna Raquel de Oliveira Carvalho; SOARES, Sheury de Abreu; ANDRADE, Vanessa Aguiar dos Santos; RAMOS, Ruann Kássio Mota. Acessibilidade: adequação das bibliotecas universitárias de Teresina aos portadores de deficiência visual. *In*: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 35., 2012, Minas Gerais, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. 17 p. Disponível em: <https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16951/13713>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PODER360. **Jornais no Brasil perdem tiragem impressa e venda digital ainda é modesta**. Poder360, [S. l], 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-brasil-perdem-tiragem-impressa-e-venda-digital-ainda-e-modesta/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

RODRIGUES, Talita Andrade; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos usuários deficientes visuais. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 56-72, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/13558/9744>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SANTOS, Christiane Gomes dos; ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Acessibilidade Informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise de aceitação por pessoas com deficiência visual. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e**

**Bib.**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 209-222, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/26227/14203>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SANTOS, Ivanildo dos. **Governadora inaugura Biblioteca Pública Benedito Leite nesta quinta-feira, 09**. In: FAPEMA, São Luís, 09 maio 2013. Disponível em: <https://www.fapema.br/index.php/governadora-inaugura-biblioteca-publica-benedito-leite-nesta-quinta-feira-09/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SANTOS, Maria Sirley dos. **Pedagogia da diversidade**. São Paulo: MEMNON, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p. 1-9, mar./abr. 2009. Disponível em: [https://www.files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://www.files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 23 out. 2020.

SILVA, Hugo Oliveira Pinto e; BARBOSA, Josué Sales. A relação deficiente visual e biblioteca universitária: a experiência do Centro de Atendimento ao Deficiente Visual – CADV da Universidade Federal de Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.1-17, mar. 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16926/13685>. Acesso em: 2 nov. 2020.

SOARES, Marina Lima. **A educação continuada na visão de bibliotecários do Distrito Federal**. 2016. 99 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOCIEDADE PARA TODOS. **Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas**. [S. l.], 24 jun. 2014. Disponível em: <https://www.sociedadeparatodos.wordpress.com/2014/06/02/projeto-acessibilidade-em-bibliotecas-publicas/>. Acesso em: 23 out. 2020.

SOUZA, Cassandra Lúcia de Maya Viana. A problemática dos métodos quantitativos e qualitativos em Biblioteconomia e Documentação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p. 174-182, jul./dez. 1989. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/20726>. Acesso em: 4 jan. 2020.

SOUZA, Edivanio Duarte de. O direito à informação: das condições de acesso à lei n. 12.527/11. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15. , 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://www.200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2729>. Acesso em: 17 jun. 2020.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Educação**. v. 41, n. 1, p. 209-222, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/17430>. Acesso em: 26 set. 2020.

ULIANA, Cleverson Casarin. **NVDA – Software Livre – Leitor de Tela para Windows**. [S. l.], 11 jan. 2008. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/nvda>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VALENTE, Jonas. Mais de 5 bilhões de pessoas usam aparelho celular, revela pesquisa. *In: AgênciaBRasil*, Brasília, DF, 08 set. 2019. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-09/mais-de-5-bilhoes-de-pessoas-usam-aparelho-celular-revela-pesquisa>. Acesso em: 23 jan. 2020.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. *In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília, DF: Ipea, 2016. Disponível em: [http://www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7426/1/Biblioteca%20do%20s%C3%A9culo%20XXI\\_desafios%20e%20perspectivas.pdf](http://www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7426/1/Biblioteca%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_desafios%20e%20perspectivas.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

VELLOSO JÚNIOR, André Ricardo Quintão. **Acesso à Informação Para Deficientes Visuais Na Biblioteca Central Do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.app.uff.br/riuff/handle/1/2481>. Acesso em: 19 maio. 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, p. 13-21, 1993. Disponível em: <http://www.revista.ibict.br/ciinf/article/view/512>. Acesso em: 2 set. 2020.

VIEIRA, Letycya Cristina Barbosa. Biblioteca inclusiva: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na Universidade Federal do Maranhão. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 82-101, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/17882>. Acesso em: 17 set. 2020.

VIGENTIM, Uilian Donizeti. **Tecnologia Assistiva: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em: <http://www.hdl.handle.net/11449/115666>. Acesso em: 19 maio. 2020

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional (2). **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p. 99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

WEB PARA TODOS. **Novo estudo de acessibilidade do web para todos em sites brasileiros**. São Paulo, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www.mwpt.com.br/2o-estudo-de-acessibilidade-do-movimento-web-para-todos-nos-sites-brasileiros/#lbl-main>. Acesso em: 28 jun. 2020

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179 – 190, set./dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

### QUESTÕES

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) RESPONDENTE

1. Gênero:

Masculino

Feminino

outros

2. Faixa etária:

18 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 35 anos

Acima de 35

3. Especifique a sua formação acadêmica e ano de conclusão

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

Especifique o ano de conclusão:

4. Especifique o título da sua formação continuada.

5. Tempo de serviço na BPBL

Menos de 5

5 a 10 anos

+ de 10 anos

6. Especifique o seu tempo de serviço no Seção Braille, da BPBL

Menos de 5

5 a 10 anos

+ de 10 anos

7. Especifique o seu nível de conhecimento sobre os direitos de acesso à informação dos deficientes visuais?

Muito

Mais ou menos

- Pouco
- Nenhum
- Preciso conhecer mais

Comente, caso queira:

### **AÇÕES E EXPERIÊNCIAS SOBRE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DESENVOLVIDAS PELO BIBLIOTECÁRIO**

8. A BPBL tem o registro do quantitativo de seus usuários com deficiência visual?

- Sim
- Não

Comente, caso queira:

9. Qual a faixa etária dos usuários com deficiência visual atendidos pela BPBL?

- 5 a 10 anos
- 26 a 30 anos
- 31 a 35 anos
- Acima de 35

10. Qual o nível de frequência de usuários com deficiência visual que frequentam a BPBL?

- Diariamente
- Mensalmente
- Semestralmente
- Outros, especifique:

11. Quais os serviços/produtos oferecidos aos usuários com deficiência visual na BPBL?

12. O Serviço de Referência e Informação e a orientação de usuários são realizados considerando a deficiência visual apresentada pelo usuário?

- Sim
- Não

Comente, caso queira:

13. No caso de a resposta anterior for “Sim”, informe se os usuários com deficiência visual têm autonomia para realizar sua pesquisa ou se tem sempre um bibliotecário para orientá-lo.

14. A BPBL promove alguma capacitação que qualifique o bibliotecário para o atendimento ao usuário com deficiência visual?

- Não



Sim, especifique qual (is):

15. Você enfrenta dificuldades no atendimento aos usuários com deficiência visuais?

Não

Sim, especifique qual (is):

16. Em caso afirmativo da questão anterior, quais estratégias você utiliza para superar essas dificuldades no processo de inclusão dos deficientes visuais?

17. A Seção Braille possui quantitativo de bibliotecário suficiente para atendimento dos alunos com deficiência visual?

Sim

Não

18. Na sua opinião, a Seção possui estrutura física e suportes tecnológicos adequados para o atendimento aos alunos com deficiência visual?

Sim

Não

Comente, caso queira:

### **TECNOLOGIAS ASSISTIVAS DISPONIBILIZADAS PELA BPBL PARA UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

19. Na Seção há softwares que atendem as necessidades dos deficientes visuais?

Sim

Não

20. Em caso afirmativo da questão anterior: quais dos softwares a Seção disponibiliza a seus usuários?

DosVox

VirtualVision

Jaws

Outro, comente, caso queira:

21. Dentre os softwares disponibilizados, quais os mais utilizados?

22. A Seção disponibiliza computadores em quantidade suficiente com programas específicos para atendimento dos usuários cegos?

Sim

Não

Comente, caso queira:

23. Quais desses recursos de tecnologia assistiva a Seção de Braille da BPBL disponibiliza para as pessoas com deficiência visual?

computadores adaptados com Sintetizador de Voz

scanner com sintetizador de voz

impressora braille

teclado colmeia

acionador de pressão

sistema braille

áudio books

lupa eletrônica

lupa manual

Braille falado

lente pro

bengala

soroban

fone de ouvido

reglete

punção

máquina de escrever em braille

linha braile

máquina Perkins

notebook

serviços de ampliação de textos

outros, especifique, caso queira:

24. Dentre os recursos de tecnologia assistiva oferecidos, quais os mais utilizados?

computadores adaptados com Sintetizador de Voz

scanner com sintetizador de voz

impressora braille

teclado colmeia

acionador de pressão

- sistema braille
- áudio books
- lupa eletrônica
- lupa manual
- Braille falado
- lente pro
- bengala
- soroban
- fone de ouvido
- reglete
- punção
- máquina de escrever em braille
- linha braile
- máquina Perkins
- notebook
- serviços de ampliação de textos

25. Os usuários com deficiência visual recebem algum tipo de treinamento afim de conhecer o correto uso dos recursos e equipamentos que a Biblioteca oferece?

- Sim
- Não

Comente, caso queira:

26. Especifique como está estruturada a BPBL quanto ao mobiliário?

27. A BPBL possui sinalizações (piso podó tátil) direcionadas para pessoas com deficiência visual?

- Sim
- Não

Comente, caso queira:

### **PROCESSO DE FORMAÇÃO DE COLEÇÕES**

28. A BPBL dispõe de uma política de formação de coleções acessível?

- Sim
- Não

Comente, caso queira:

29. Em caso afirmativo da questão anterior, especifique como é o processo de seleção e aquisição? E quem participa?

30. A BPBL possui uma política de indexação que contempla usuários deficientes visuais?

Sim

Não

Comente, caso queira:

31. O acervo é composto de quantas obras e quais formatos estão disponíveis aos usuários com deficiência visual?

32. Na BPBL existe política de conservação do acervo?

Sim

Não

Comente, caso queira:

33. Em caso afirmativo da questão anterior, quais os procedimentos adotados para conservação do acervo?

34. A Seção está inserida em algum projeto da Biblioteca?

Não

Sim, especifique qual (is):

35. A Seção de Braille promove mediação de leitura utilizando recursos acessíveis para pessoas com deficiência visual?

Não

Sim, especifique qual (is):

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DEPARTAMENTO DE BIBLIOECONOMIA**

Prezado (a) Senhor (a),

Através do presente instrumento, solicito autorização para que o Sr. Clairton Lima Silva, discente do curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão, orientado pela Profa. Dra. Isabel Cristina dos Santos Diniz, aplique um questionário, modelo anexo, com a bibliotecária responsável pela Seção Braille desta conceituada Biblioteca. O referido questionário é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo como título Acessibilidade informacional de usuários com deficiência visual na Biblioteca Pública Benedito Leite.

Agradeço antecipadamente a sua colaboração.

São Luís, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Prof. Orientador

Ilma. Sra.  
Aline Carvalho do Nascimento  
**Diretora da Biblioteca Pública Benedito Leite**  
Praça do Panteon - Centro São Luís - MA  
CEP: 65020-430

Cidade Universitária Dom Delgado – Centro de Ciências Sociais  
Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805  
Fone: (98) 3272- 8404